

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

23.^a Reunião

(9 de julho de 2014)

SUMÁRIO

A Sr.^a Presidente (Maria de Belém Roseira) declarou aberta a reunião às 15 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à votação das propostas de alteração ao projeto de relatório final da Comissão, elaborado pela Sr.^a Deputada Relatora, Ângela Guerra (PSD), tendo usado da palavra, a diverso título, além da Relatora, os Srs. Deputados António Gameiro (PS), António Filipe (PCP), Mariana Aiveca (BE), Fernando Negrão (PSD) e Jorge Fão (PS).

Após ter sido aprovado o relatório final da Comissão, intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Paulo Figueiredo e Jorge Fão (PS), Carla Cruz (PCP), Mariana Aiveca (BE), Fernando Negrão (PSD), António

Filipe (PCP), Altino Bessa (CDS-PP), Carlos Abreu Amorim (PSD), António Gameiro (PS) e Ângela Guerra (PSD) e a Sr.^a Presidente.

Eram 17 horas e 40 minutos quando a Sr.^a Presidente encerrou a reunião e deu por terminados os trabalhos da Comissão.

A Sr.^a **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, vou dar início à nossa reunião, que será a última, penso eu, cumprimentando todos os presentes.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Srs. Deputados, começo por dar a palavra à Sr.^a Deputada Relatora, pois penso ser o melhor, para nos dizer o que acatou das propostas de alteração que foram apresentadas.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, muito brevemente, compete-me dizer que, das propostas de alteração que o Partido Socialista apresentou, 32 foram aceites, e já constam do guião, e 15 foram rejeitadas.

Quanto a algumas propostas de alteração apresentadas pelo PCP e outras pelo Bloco, que são no mesmo sentido, se calhar, quando chegarmos...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada, desculpe interrompê-la, mas quero pedir silêncio na sala, para podermos ouvir bem a intervenção da Sr.^a Deputada.

Queira continuar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, dizia eu que, relativamente às propostas apresentadas pelo Bloco e pelo PCP, algumas delas, as que ponderámos aceitar, também já estão incorporadas no guião — são semelhantes às apresentadas pelo PS —, quanto às outras, as que

alteram parcialmente o texto das conclusões, quando chegarmos a essa parte, se calhar, falaremos de cada uma.

A Sr.^a **Presidente**: — Assim sendo, não sei se algum dos representantes dos grupos parlamentares quer usar da palavra ou se será melhor acertarmos a metodologia que iremos seguir na votação.

Pausa.

Como ninguém pede a palavra, creio poder dizer que, em termos de comissões de inquérito, temos seguido na Assembleia da República metodologias várias e, portanto, estou aberta às sugestões que os Srs. Deputados entendam fazer.

De qualquer maneira, penso que, tendo a Sr.^a Deputada Relatora indicado o que incluiu e o que não incluiu no seu relatório, tendo especificado as propostas do Partido Socialista, talvez o Partido Socialista queira dizer alguma coisa sobre se considera que as propostas que apresentou foram ou não devidamente inseridas. Talvez seja a altura de dizer alguma coisa para, depois, podermos iniciar a votação, uma vez que esta, em princípio, começará pelas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, aproveito o ensejo para fazer uma ponte entre a apreciação do PS sobre a bondade, a gentileza e a forma cordial como a Sr.^a Relatora tratou as propostas do PS e aceitou uma boa parte delas e também para me debruçar sobre a metodologia de votação, se a Sr.^a Presidente assim me autorizar.

De facto, o PS, não só na apreciação do relatório, não só na forma como se pronunciou sobre as conclusões, mas também, e desde o início, no decurso dos trabalhos — como, penso, todos os outros grupos parlamentares —, pautou a sua conduta por uma extrema boa-fé, a obediência a um princípio democrático de que todos deviam ser ouvidos — aqueles que fosse possível ouvir e que os grupos parlamentares tivessem por bom grado indiciar para serem ouvidos —, uma atitude colaborante de análise exaustiva dos documentos e das audições e um trabalho de fundo sobre o que estava em causa e o objeto do próprio inquérito.

Chegados a este ponto e depois de nos termos pronunciado sobre as próprias conclusões na última reunião desta Comissão, verificamos que, de facto, a Sr.^a Relatora aceitou 20 das nossas 43 propostas...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Foram 32!

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Foram 20, de acordo com as contas que fizemos, ou, se calhar, 21.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Foram 32!

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Dessas propostas, não foram aceites as de alteração aos pontos 60 e 74 das conclusões, que são, para nós, duas propostas essenciais, para além de outras.

Das nossas propostas essenciais não foi possível chegar a acordo em várias matérias que já tínhamos reputado como determinantes para o nosso sentido de voto e que têm a ver, nomeadamente, com o facto de ficar expresso no relatório que o PS e o anterior Governo tinham como pressuposto que os Estaleiros Navais deviam ser de titularidade pública,

enquanto ativo estratégico nacional, com a questão da aclaração das conclusões entre a 60 e a 72, que têm a ver, sobretudo, com o processo dos eventuais ou putativos auxílios de Estado, em que a Sr.^a Relatora não aceitou praticamente nenhuma das nossas pretensões, e, por outro lado, com a questão de não ter sido possível verificar de que forma é que podiam ficar expressas no relatório afirmações que fazem parte das audições — critério, este, utilizado pela Relatora para tirar as conclusões — e que têm a ver com o facto de ter sido dito que os custos de encerramento dos Estaleiros estariam ou pensar-se-ia que estavam mais ou menos orçamentados entre 250 e 300 milhões de euros.

Portanto, há muitas conclusões assentes em declarações, mas depois não têm fundamento nos documentos escritos, ou seja, o relatório não transborda, em nenhum momento, a comprovação de factos nos documentos, coisa que já abordámos na reunião anterior e que é muito importante, aliás, foi muito com base nos documentos que fizemos tantas propostas de alteração.

Para nosso descanso e para podermos ir mais longe do que aquilo que vamos — e era preciso ir mais longe, a meu ver, nas conclusões, sobretudo relativamente aos auxílios de Estado no processo de reprivatização e de concessão —, entendemos que deveriam constar coisas que são factuais, nomeadamente o facto de o parecer jurídico ter uma data posterior à da decisão de abertura do processo de concessão, por exemplo, coisa que a relatora não aceitou, o que, para nós, não sendo muito relevante do ponto de vista político, é relevante do ponto de vista técnico e do ponto de vista da verdade material do relatório.

Portanto, o que gostaríamos de dizer é que, atento e apesar do esforço da Relatora, que qualificamos de verdadeiro e empenhado, apesar das conclusões que o relatório já tem, nesta fase, com as propostas do PS

que foram aceites, a Sr.^a Relatora terá dizer de que forma é que ficam as suas conclusões para, depois, podermos decidir como votaremos. É que, hoje, depois da intervenção da Sr.^a Relatora, fiquei com a ideia de que ainda há duas propostas do PS que também serão aceites. Portanto, depois de vista essa posição, poderemos votar todas as conclusões e o relatório de uma só vez, porque não temos mais alterações a propor.

É esta a metodologia que propomos.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ângela Guerra.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, estou com dúvidas, mas estamos cá para as esclarecer.

Sr. Deputado António Gameiro, pelo que resulta da nossa contabilidade, digamos, e por aquilo que já consta no guião de votações, das propostas apresentadas pelo PS aceitámos 32 e rejeitámos 15. Contámos uma a uma... Isto já está transposto para o guião de votações, mas podemos tratar uma a uma, se os Srs. Deputados assim o entenderem.

Algumas das conclusões não ficaram exatamente iguais à proposta inicial, apresentada pelo PS, mas foi por isso que estivemos ontem, aqui, a trabalhar e o texto a que chegámos era suposto ser aceite. Mas podemos discutir as propostas uma a uma, aliás, é para isso que aqui estamos.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, é tal e qual como a Sr.^a Relatora diz.

A Sr.^a Relatora ficou de ponderar um conjunto de matérias, nós vimos o guião que, em princípio, é o guião final que nos foi distribuído, e a Sr.^a Deputada qualifica como 32 aquilo que entendemos serem 20, porque, de facto, há 12 propostas que são aceites, mas que não estão tal como as propusemos, porque têm alterações propostas, digamos assim, pela Sr.^a Relatora, às nossas propostas, as quais, em alguns casos, desvirtuam completamente o nosso intuito inicial.

Repare que, por exemplo, na conclusão 60 e na conclusão 74, para nós, é fulcral que os auxílios de Estado sejam classificados como «eventuais auxílios de Estado». A Sr.^a Deputada ontem acabou por aceitar que ficasse a palavra «eventual», mas, hoje, quando recebemos o guião, há um corte nessa palavra, o que significa que não aceita a expressão «eventual». Logo, essa não pode ser uma proposta aceite pelo PS, porque, para nós, não existem auxílios de Estado até que a Comissão o determine e o Governo português, de forma decisiva, frontal e competente — que espero que seja, aliás, esperamos todos, os portugueses —, se bata para que não sejam auxílios de Estado, porque senão o Estado vai ter de repor 181 milhões de euros, na situação financeira em que nos encontramos. E esperamos que o Governo seja capaz de nos defender, independentemente dos erros vindos do passado e da não comunicação, etc. Porém, se é o próprio Parlamento e a maioria que suporta o Governo a deixar escrito que não são «eventuais auxílios» mas «auxílios»... Por nós, pode, com certeza, ficar a palavra «auxílios», mas não podemos deixar de dizer, aqui, claramente, que, para nós, são «eventuais auxílios».

Portanto, não vamos discutir este tipo de propostas, a Sr.^a Relatora tomou as suas decisões da forma que entendeu, nós aceitamo-las, como aceitámos de bom grado a redação do relatório em geral, a sua sustentação, as suas conclusões e recomendações, mas, neste momento, não estamos em

condições de poder dar anuência a este tipo de redações que são da única e exclusiva responsabilidade da Relatora, sendo que a Relatora é que tem de aceitar ou não a eventual inclusão de propostas apresentadas pelos partidos da oposição.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, uma vez que o guião foi distribuído e que todos os grupos parlamentares puderam fazer a sua análise, quero perguntar ao PCP se acha bem que comecemos pelas propostas de alteração apresentadas pelo vosso grupo parlamentar e que não foram aceites, fazendo-se o mesmo em relação às do Bloco, uma vez que também não foram aceites. E, já agora, pergunto também se podemos votá-las em bloco ou se pretendem que façamos a votação uma a uma.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, acho que devíamos fazer a votação em três segmentos: a parte inicial, fatural, descritiva; depois, a parte do relatório antes das conclusões, que é uma seleção, por parte da Sr.^a Relatora, do que lhe pareceu relevante transcrever das audições; e, por fim, as conclusões.

Relativamente às propostas que apresentámos, vamos votar a favor de todas elas, portanto, se alguém pretender isolar algumas, terão de ser os outros grupos parlamentares a dizer o que é que querem isolar nas nossas propostas.

Relativamente às propostas apresentadas pelo PS e pela Sr.^a Deputada Relatora, não queremos votar em bloco, porque, obviamente, o nosso sentido de voto não é igual em todas elas, é diversificado e, nessa medida, teremos de ir seguindo o guião. Só na parte final é que há um

bloco muito significativo em que o nosso sentido de voto é idêntico, mas, de resto, vamos ter de ir juntando propostas onde for possível.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, creio que podemos adotar a metodologia que o Sr. Deputado António Filipe sugeriu.

De qualquer forma, penso que ganharíamos se fôssemos votando as propostas uma a uma, especialmente na parte das conclusões, porque são muitas, são cerca de 80, e pode haver considerações específicas relativamente a cada uma delas.

Creio que esta metodologia facilitaria o nosso trabalho e seria melhor do que votar em bloco, até porque houve substituição de guiões e, nesta altura, pode haver alguma baralhação da nossa parte.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, a Sr.^a Deputada aceita a proposta do Sr. Deputado António Filipe?

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, relativamente à metodologia de trabalho, não quero deixar de referir que o relatório não é de nenhum grupo político nem de nenhum Deputado a não ser da Deputada Relatora, que é a Sr.^a Deputada Ângela Guerra.

Portanto, nessa medida, acho que as propostas de alteração não devem ser objeto de votação. A Sr.^a Deputada Ângela Guerra aceitou umas e terá rejeitado outras — aceitou mais do que rejeitou —, pelo que, agora, vamos votar as conclusões que a Sr.^a Deputada Relatora tem no seu relatório. E, como disse o Sr. Deputado António Filipe, votaremos uma a uma as conclusões e, depois, procederemos à votação final global.

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

Deixem-me só fazer uma outra pergunta: para além das conclusões há recomendações. As recomendações serão ou não objeto de votação? Acho que é preferível.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, do que o Sr. Deputado Fernando Negrão acabou de dizer, não percebi uma parte.

Em relação às propostas que a Sr.^a Deputada Relatora apresenta, votá-las-emos uma a uma, ou por blocos, como for mais adequado em cada momento; quanto às propostas apresentadas por outros grupos parlamentares, e não aceites, também terão de ser objeto de votação, não é?! E as recomendações também, não é?!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, tenho a experiência de outras comissões de inquérito e gostaria de dizer que o que votamos é o relatório apresentado pelo Deputado Relator e não as propostas de alteração apresentadas pelos partidos políticos.

Se a Deputada Relatora aceitou algumas propostas, aceitou; se não aceitou, não aceitou, há uma rejeição por parte da Deputada Relatora.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, mas os grupos parlamentares não podem ser privados da possibilidade de apresentar propostas de alteração ao relatório e de as ver votadas.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Mas não são privados...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não são o quê, Sr. Deputado?

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não são privados dessa possibilidade. Apresentaram propostas, a Deputada Relatora apreciou-as, sendo que rejeitou umas e aceitou outras.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas, Sr. Deputado, não podemos ser privados do direito de submeter as propostas de alteração à votação.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — O relatório é da Sr.^a Deputada Relatora...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sim, muito bem...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — ... e o que temos de votar é o relatório da Sr.^a Deputada Relatora.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas o relatório é submetido à votação e, obviamente, os grupos parlamentares, podendo apresentar propostas de alteração, não podem ser privados do direito de ver votadas as suas propostas. Não vejo como é que isso pode ser...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Já aconteceu em várias comissões de inquérito não se votarem as propostas de alteração, uma vez que a Deputada relatora ou o Deputado relator as rejeitou ou aceitou.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que poderíamos compatibilizar as questões, uma vez que vamos votar as conclusões uma a uma. E, depois, quem pretender usar da palavra poderá fazê-lo, sendo que peço que sejamos todos o mais sucintos possível e, se possível também, que possa haver agregação de algumas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, acho que é oportuno fazermos também uma intervenção na sequência da intervenção do Sr. Deputado Fernando Negrão.

Creio que a metodologia que o Sr. Deputado Fernando Negrão deixou aqui à nossa consideração é, no nosso entendimento, a mais ajustada, inclusive, para a eficácia dos trabalhos, mas isto não significa que os grupos parlamentares que apresentaram as suas propostas de alteração — umas aceites, algumas do PS, e outras não aceites, também do PS, do PCP e do BE — não lhes deem a devida publicitação, através de uma declaração de voto ou apenas a uma declaração de voto.

Agora, parece-me o seguinte: a Relatora aceitou o que devia aceitar ou, melhor, o grupo parlamentar que a suporta e a Relatora, e o que deve

ser votado são as conclusões e o relatório apresentado, sem qualquer prejuízo de que seja publicitada, divulgada e dada a maior projeção às propostas de alteração que foram apresentadas pelo PS, pelo PCP e pelo BE.

Pela nossa parte, temos uma metodologia que será a de, através de uma declaração de voto, anexarmos todas as propostas que propusemos e que não foram aceites.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, vamos lá ver: se as propostas de substituição que apresentámos e os pontos que propomos que sejam aditados não forem objeto de votação, então, também as propostas de conclusões não são objeto de votação, faz-se uma votação global e vamos todos embora. Não faz sentido nenhum que haja um prazo para a apresentação de propostas de alteração, que os grupos parlamentares apresentem propostas de substituição, de aditamento ou de eliminação, e depois se chegue aqui e se diga: «Não, não, isso, afinal, não serve para nada, porque o que a Deputada Relatora aceitou, aceitou e vota-se, e o que não aceitou não se vota». Isto não é possível, Sr.^a Presidente! Creio que isto, do ponto de vista regimental, não tem pés nem cabeça! Então, para que é que apresentámos propostas? Não foi para serem votadas?!

O direito do Deputado a ver votado o que apresentou como proposta é inalienável! Se se vota em bloco ou se se vota separadamente... Bem, os Srs. Deputados, se quiserem, podem dizer assim: «Ah, mas as vossas propostas são todas para rejeitar, fazemos uma votação e rejeitamo-las todas». Muito bem, é problema vosso, agora, que elas têm de ser votadas, têm, nem vejo como é que podem não o ser.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, apenas para dizer que não estamos a falar em iniciativas legislativas, estamos a falar de um relatório que tem uma Relatora específica, que foi votada e nomeada para esse efeito, e o que temos de votar é o relatório da Relatora.

Portanto, o que votamos são as conclusões apresentadas pela Relatora, que aceitou umas propostas dos partidos da oposição e rejeitou outras. Não se trata das propostas do PCP, nem das do PSD — que, por acaso, não apresentou —, nem das do BE, nem das do PS, são as da Relatora.

Agora, Sr.^a Presidente, simplificando os trabalhos, esta é a nossa posição, e vejo que é também a posição do Partido Socialista, mas não queremos complicar e, por isso, se a Sr.^a Presidente entender fazer de outra forma, não nos oporemos.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Tem, ainda, a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, sou sensível à intervenção do Sr. Deputado António Filipe relativamente a esta questão da votação ou não votação, mas parece-me que a votação pode acontecer, se for numa avaliação em bloco de todas as propostas do PCP, de todas as propostas do BE, bem como das do PS. A partir daí, a votação existe, não existe é uma votação proposta a proposta, porque não se trata de uma iniciativa legislativa, mas, sim, de um relatório e a autora é que tem a possibilidade

de acolher ou não para o seu relatório, que é um documento da sua responsabilidade, as propostas de alteração apresentadas.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, ainda, a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, mas, então, as propostas de conclusões, apresentadas pela Sr.^a Deputada Relatora, são votadas ponto a ponto, presumo...

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado, serão votadas uma a uma.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Então, mais uma razão para as nossas também terem de ser votadas...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Deputado, até parece que há vários relatórios... É que nós só temos de votar o relatório apresentado pela Relatora e não o do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sim, mas que é suscetível de alteração pela Comissão...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Então, assim estaríamos aqui a votar quatro relatórios...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não!

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — ... o da Relatora e mais três, o do PCP, o do BE e o do PS.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não! Se fosse assim, nós tínhamos feito um relatório, mas, como não é assim, fizemos propostas para serem sujeitas a votação e integradas. Se forem aprovadas, são integradas; se não forem, não são integradas.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Mas se não foram integradas é porque foram rejeitadas.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se forem rejeitadas.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — E foram! A Sr.^a Deputada Relatora não as integrou.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Mas quem tem poderes deliberativos não é a Deputada Relatora, peço desculpa, quem tem poderes deliberativos é a Comissão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Neste caso, é!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A Comissão, se tem o poder de rejeitar o relatório da Relatora, também tem o poder de lhe introduzir alterações. Peço imensa desculpa, mas, se pode o mais, também pode o menos.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Se a Relatora aceitar!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não, se pode o mais, pode o menos! A Comissão até pode rejeitar o relatório!...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Não, isso é fazer entrar pela janela aquilo que não pôde entrar pela porta, Sr. Deputado António Filipe!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não, não! Sr. Deputado, no Parlamento, a decisão é por maioria e a maioria só se apura depois de votar.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSPD): — Mas só há um relatório, Sr. Deputado, que é o do relator, e não pode haver mais!

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, agradecia que não fizessemos pingue-pongue...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Mas, Sr.^a Presidente, deixo ao seu critério.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, acho que a única coisa que temos de salvaguardar é, fundamentalmente, a publicidade das várias propostas que foram apresentadas.

Tivemos propostas, designadamente as apresentadas pelo PCP e pelo BE, que não foram aceites. Se adotarmos a metodologia que se estabelece em relação ao processo legislativo, poderemos votar em bloco as propostas de alteração do PCP e as do Bloco de Esquerda, uma vez que nenhuma foi aceite, e essa parte fica, digamos, arrumada.

Depois, em relação às conclusões, votaríamos uma a uma, uma vez que, para que cada um dos Srs. Deputados estabeleça o seu sentido de voto, é preciso ver as que foram aceites e as que não foram aceites, porque algumas delas poderão até ser objeto de votação favorável por todos os grupos parlamentares.

Para já, vamos votar a parte descritiva do relatório, depois, a parte do relatório que não são conclusões e, depois, então, entraremos na votação das conclusões, uma a uma.

Há acordo quanto a esta metodologia, Sr.^{as} e Srs. Deputados?

Pausa.

Dado que ninguém se opõe, vamos, então, votar a parte descritiva do relatório apresentado pela Sr.^a Deputada Relatora Ângela Guerra.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos, agora, votar a parte do relatório que não são conclusões.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira,

Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Presidente:** — Srs. Deputados, vamos passar à parte relativa às conclusões.

Votamos, em primeiro lugar, em bloco, as propostas de eliminação, aditamento e substituição, apresentadas pelo PCP, relativas às conclusões do relatório final, as quais constam do guião de votações que foi distribuído aos grupos parlamentares.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos a favor dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Eram as seguintes:

Proposta de substituição da conclusão 1:

1. Enquanto unidade industrial no Alto Minho com efetiva capacidade instalada e saber fazer, o seu interesse não se circunscreve num âmbito local ou regional. Com cerca de 700 trabalhadores, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo constituíram o único estaleiro, civil, com

efetiva capacidade de projeto e construção em Portugal, razão pela qual se lhes reconhece um enorme prestígio nacional e internacional. A sua importância está relacionada com a criação de uma parte substancial da riqueza produzida na região, constituindo uma empresa de referência no desenvolvimento do distrito de Viana do Castelo.

Proposta de substituição da conclusão 2:

2. Em lugar do aproveitamento de toda a capacidade produtiva da indústria naval, através da promoção da inovação tecnológica, da procura de encomendas e diversificação de mercados e produtos, os ENVC conheceram o desinvestimento continuado de sucessivos Governos, a ineficácia e ausência de capacidade das administrações, a celebração de contratos desvantajosos, a inexistência de adequados mecanismos de controlo e aprovisionamento, gastos desnecessários em estudos de reestruturação que nada de positivo trouxeram à empresa. Tudo isto traduzindo o que incontornavelmente prefigura uma deliberada opção de esvaziar, descredibilizar e destruir os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Proposta de substituição da conclusão 11:

11. Conclui-se também que os contratos eram elaborados de forma deficiente em termos de garantias jurídicas e havia sérias dificuldades na gestão dos mesmos.

Proposta de substituição da conclusão 12:

12. Para a execução do conjunto de navios ao longo dos anos, foi sempre necessário recorrer, para além da ocupação total dos trabalhadores dos ENVC, a mão de obra externa.

Proposta de substituição da conclusão 13:

13. Para a execução do caderno de encomendas existente quando o atual Governo tomou posse (mais de 600 milhões de euros) seria necessário manter essa prática e o trabalho estaria garantido por vários anos.

Proposta de substituição da conclusão 14:

14. Resultou demonstrado que tanto os conselhos de administração dos ENVC e da EMPORDEF como a tutela setorial tinham conhecimento de que a empresa trabalhava reiteradamente gerando prejuízos.

Proposta de substituição da conclusão 16:

16. No âmbito da Lei de Programação Militar, e com o objetivo de dotar a Marinha de Guerra com os meios indispensáveis para a defesa e patrulhamento das águas territoriais nacionais e da vasta zona económica exclusiva portuguesa, foi encomendada aos ENVC a construção de oito navios de patrulha oceânica (NPO), sendo dois deles de combate à poluição, com opção por mais três, bem como de cinco lanchas de fiscalização costeira.

Proposta de substituição da conclusão 17:

17. O contrato foi assinado em 2009, sendo Ministro da Defesa Nacional o Prof. Nuno Severiano Teixeira, e ascendia ao montante de 500 milhões de euros. Porém, a decisão constava de resolução do Conselho de Ministros aprovada em 2004.

Proposta de aditamento dos pontos 17-A a 17-J:

17-A. Por dificuldades relacionadas com a execução do projeto, os prazos de entrega dos primeiros NPO não foram cumpridos e o custo da respetiva construção foi largamente excedido, sem que os ENVC tenham sido ressarcidos desse aumento de custos.

17-B. A construção dos navios *Viana do Castelo* e *Figueira da Foz* foi deficitária para os ENVC. Porém, existe o reconhecimento unânime da excelência desses navios e de que, passadas as dificuldades da construção do protótipo, a empresa ficou em condições de construir os navios seguintes em termos lucrativos.

17-C. Foi também reconhecida a forte possibilidade de construir NPO para outros países, dada a reconhecida excelência dos navios construídos.

17-D. Aliás, haviam sido adquiridos materiais para prosseguir com a construção de mais NPO, e também de navios de combate à poluição.

17-E. Porém, em setembro de 2012, o Governo PSD/CDS, sendo Ministro da Defesa o Dr. Aguiar Branco, decidiu cancelar a encomenda dos seis NPO em falta (e também dos NPC, os navios de combate à poluição) e das cinco lanchas de fiscalização costeira, que implicariam pagamentos aos Estaleiros da ordem de 57 milhões de euros em 2013 e de 38 milhões em 2014.

17-F. Esta decisão constituiu um rude golpe para os ENVC, na medida em que correspondeu ao cancelamento da maior encomenda de que a empresa dispunha.

17-G. E constituiu um duro golpe para o País, na medida em que as vastas águas territoriais e zona económica exclusiva carecem de uma fiscalização que os atuais meios da Marinha não estão em condições de

assegurar, sendo reconhecido o défice de fiscalização da vasta área adjacente às regiões autónomas.

17-H. Não existindo os ENVC, o País não está em condições de construir novos NPO, satisfazendo eventuais encomendas de outros países, nem está em condições de assegurar a construção em Portugal de mais NPO, tão necessários para a Marinha de Guerra Portuguesa.

17-I. A Defesa Nacional, a fiscalização dos espaços marítimos sob jurisdição e a salvaguarda da vida humana constituem parte da missão da Marinha. A necessidade de navios capazes para o desempenho de tais atribuições poderia constituir uma oportunidade para revitalizar os ENVC e alcançar o indispensável reequilíbrio financeiro.

17-J. Além do significado financeiro, os ENVC veriam reforçada a sua posição na construção de navios militares, contribuindo para elevar os índices de industrialização do País. Podia, inclusive, favorecer a entrada no mercado de exportação deste tipo de navios, a que se ligaria o indispensável esforço de modernização em toda a estrutura dos ENVC.

Proposta de substituição da conclusão 18:

18. A empresa Atlânticoline, empresa de capitais públicos na titularidade do Governo Regional dos Açores, celebrou com os ENVC um contrato destinado à construção de dois *ferryboats* para deslocações entre as ilhas nessa Região.

Proposta de aditamento dos pontos 22-A a 22-C:

22-A. O caderno de encargos para o respetivo concurso foi elaborado pela empresa SCMA, pertencente ao Eng.º João Moita, que recorreu aos serviços da empresa russa Petrobalt.

22-B. Para a respetiva construção, a empresa dos ENVC recorreu aos serviços da mesma empresa Petrobalt, também por sugestão do Eng.º João Moita. Porém, foi reconhecido que esta opção se revelou errada e dificultou a execução do projeto.

22-C. Foi reconhecido por vários depoentes que o prazo previsto no contrato para a execução dos navios era impraticável.

Proposta de aditamento dos pontos 24-A a 24-D:

24-A. Ao longo da execução do projeto foram sugeridas várias alterações por parte dos ENVC, que foram aceites pela Atlânticoline, através do seu fiscal residente.

24-B. Por outro lado, foram exigidas pela Atlânticoline diversas alterações ao projeto, que os ENVC aceitaram sem alterar as condições contratuais e sem aumentar o preço dos navios.

24-C. Em consequência de opções assumidas e de erros cometidos na execução do projeto, verificou-se que o navio *Atlântida* não conseguiu atingir a velocidade contratualmente exigida.

24-D. Em consequência, e dado que o incumprimento da velocidade exigida era uma cláusula contratual suscetível de conduzir à rescisão do contrato, a Atlânticoline procedeu a essa rescisão.

Proposta de aditamento do ponto 27-A:

27-A. Apesar de haver pareceres técnicos que contestam a posição da Atlânticoline e que consideram injustificável a rescisão do contrato, a Administração dos ENVC liderada pelo Eng.º José Manuel Rolo entendeu que não deveria contestar essa rescisão e aceitou que a empresa ficasse com o navio *Atlântida* já construído e com o *Anticiclone* em construção, sem

quaisquer garantias quanto à sua venda, e aceitou devolver à Atlânticoline, a título indemnizatório, a quantia de 40 milhões de euros.

Proposta de aditamento dos pontos 28-A e 28-B:

28-A. Vários depoentes consideraram inexplicável e incompreensível que os ENVC não tenham litigado em defesa dos seus interesses e tenham aceite, por acordo, a exigência da Atlânticoline.

28-B. Segundo tais depoimentos, a situação criada seria suscetível de conduzir a uma redução do preço do navio, mas nunca à rescisão do contrato, nos termos lesivos em que foi efetuada para os ENVC. Foi referido não haver memória de um caso semelhante.

Proposta de aditamento do ponto 30-A:

30-A. No seu depoimento, o ex-Ministro Augusto Santos Silva aludiu ao ambiente político criado nos Açores em torno do *Atlântida*, que não permitiu uma solução mais favorável aos ENVC.

Eliminação das conclusões 32 e 33.

Proposta de substituição da conclusão 34:

34. No âmbito de um acordo bilateral entre Portugal e a Venezuela, foi encomendada aos ENVC, pela empresa pública PDVSA, a construção de dois navios asfalteiros, cujo contrato ascende a 130 milhões de euros.

Proposta de substituição da conclusão 35:

35. Foi efetuado aos ENVC um pagamento inicial de 10% do valor do contrato, no montante de 12,8 milhões de euros, sendo que este valor

não foi utilizado para a execução do contrato, mas para outras necessidades da empresa, o que não se considera razoável.

Proposta de aditamento dos pontos 36-A a 36-E:

36-A. Porém, sem que tenham sido dadas explicações plausíveis para esse facto, a encomenda não foi executada, de modo a que a empresa pudesse honrar os seus compromissos contratuais.

36-B. Extinta a empresa sem que a construção tenha sido efetuada, o Estado português fica numa situação contratual delicada e inteiramente nas mãos da boa vontade das autoridades venezuelanas.

36-C. De facto, não existe qualquer garantia de que a empresa concessionária das instalações dos ENVC (Martifer) esteja em condições ou esteja na disposição de construir os navios asfalteiros.

36-D. Consequentemente, o Estado português pode ser responsabilizado pelo incumprimento contratual dos navios asfalteiros, com as consequências daí decorrentes para o erário público.

36-E. Na audição efetuada ao Eng.º Jorge Camões, foi informado que o contrato dos asfalteiros seria assumido por uma empresa a criar no âmbito do Grupo EMPORDEF. Sucede que, entretanto, em reunião da Comissão de Defesa Nacional, em 25 junho de 2014, o Ministro da Defesa Nacional anunciou a decisão do Governo de extinguir o Grupo EMPORDEF.

Proposta de substituição da conclusão 40:

40. Sobre o Programa de Contrapartidas não ficou claro quais os reais motivos da sua não concretização, devendo a questão ser remetida para a Comissão Parlamentar de Inquérito já constituída quanto aos Programas Relativos à aquisição de Equipamentos Militares.

Proposta de substituição da conclusão 44:

44. Este plano que previa um investimento de cerca de 70 milhões de euros para repor o equilíbrio financeiro dos ENVC, além de alterações ao modelo de gestão da empresa e redução do número de trabalhadores, nunca foi apresentado à Comissão Europeia.

Eliminação da conclusão 46.

Proposta de substituição da conclusão 48:

48. Concluiu-se também que este plano de reestruturação previa o despedimento de 420 trabalhadores.

Proposta de substituição da conclusão 49:

49. Em junho de 2011, a EMPORDEF e os ENVC não tinham presidentes e os ENVC, embora com um passivo com mais de 250 milhões de euros detinham uma carteira de encomendas superiores a 600 milhões de euros, incluindo as encomendas da Marinha de Guerra Portuguesa, os asfalteiros para a Venezuela e as contrapartidas dos submarinos.

Proposta de substituição das conclusões 54 a 73:

54. Vários Governos, entre 2006 e 2012, adiantaram, sob a forma de suprimentos, empréstimos, ou outras formas, verbas que, no entendimento da Comissão Europeia, totalizavam 180 milhões de euros.

55. Por iniciativa do Governo português e no quadro de um processo de privatização foi suscitada junto da Comissão Europeia a questão de saber se essas transferências financeiras para a empresa podiam ou não ser consideradas ajudas de Estado.

56. Vários Governos assumiram o entendimento de que os financiamentos aos ENVC não configuram ajudas de Estado.

57. Conforme referido por vários depoentes, o processo de averiguações realizado pela Comissão Europeia relativo a ajudas de estado à indústria da construção naval é um procedimento comum.

58. Até 3 de abril de 2013 houve sete procedimentos abertos pela União Europeia para situações similares de construção naval, em diversos Estados-membros, tendo-se confirmado que há processos de ajuda de Estado que foram concluídos sem consequências gravosas para os Estados-membros.

59. No caso dos ENVC não há, até hoje, qualquer decisão da DGCom relativa aos 181 milhões de euros tidos como ajudas de Estado, sendo que o Estado português podia ter justificado as ajudas de Estado com a construção dos navios para a Marinha.

60. Desde que o XIX Governo tomou posse que foi assumida a intenção de liquidar os ENVC, tal como é comprovado pelas afirmações do Dr. Vicente Ferreira: «(...) *ou encontrávamos alguém que estivesse disponível para investir e desenvolver a atividade económica de construção e reparação naval, fosse na privatização, fosse na subconcessão, ou, com o encargo do contribuinte, não era possível manter aquela situação. Era a nossa perspetiva*».

61. O Governo, para prosseguir o objetivo de liquidar os Estaleiros de Viana do Castelo e, uma vez fracassado o processo de reprivatização, optou pela «Subconcessão da Utilização Privativa do Domínio Público e das Áreas Afetas à Concessão Dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA».

62. O XIX Governo usou sempre a posição da Comissão Europeia, que, sublinhe-se, ainda não está tomada, como pretexto e justificação para as suas opções políticas e ideológicas.

63. O júri do concurso do processo de subconcessão teve dúvidas quanto ao facto de o concurso dever ser ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

64. No entanto, o concurso de subconcessão decorreu ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo para facilitar todo o procedimento, segundo as afirmações do Presidente do Júri do concurso de subconcessão.

65. Tal como foi afirmado pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco, a opção de subconcessionar os ENVC assenta em opções políticas e ideológicas.

66. O valor da subconcessão pago pela West Sea é manifestamente exíguo, tendo em conta quaisquer valores de mercado que se possam considerar. De facto uma renda mensal de 37 500 € pela utilização dos terrenos, edifícios, infraestruturas e alguns equipamentos afetos é contra qualquer lógica de mercado.

67. Segundo vários depoimentos, a entrega dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo à empresa Martifer não dá garantias de que a atividade de construção naval seja preservada.

68. O processo de subconcessão dos ENVC abre a porta a outras atividades industriais que não as da construção e da reparação naval.

69. A subconcessionária a quem foram concessionados os ENVC possui conhecimentos insuficientes na área da construção naval e não garante os mesmos níveis de contratação dos ENVC, reconhecido pelo último Presidente do Conselho de Administração dos ENVC. Acresce que

tem uma situação financeira que não é melhor do que a dos ENVC, com um passivo superior a 300 milhões de euros.

70. O encerramento dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo constitui uma perda para a região, para a economia da região e do País, sendo um golpe muito duro para os trabalhadores, para as suas famílias e para o tecido social de Viana do Castelo.

71. Para além das perdas para a região e para a construção naval, há perdas no que diz respeito ao equipamento militar do Estado português na vertente de navios necessários ao serviço de busca e salvação e ao serviço de fiscalização.

72. A decisão de extinguir a empresa ENVC e concessionar os respetivos terrenos não era uma inevitabilidade que decorresse da inviabilidade da indústria naval, mas uma opção política do atual Governo.

73. A difícil situação económica e financeira que serviu de pretexto para a sua extinção, é inseparável das opções de sucessivos Governos e das ações e omissões de sucessivas administrações por eles nomeadas, cujas responsabilidades não podem ser ilibadas.

Eliminação das conclusões 74 a 81.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação, em bloco, das propostas de eliminação, aditamento e substituição, apresentadas pelo Bloco de Esquerda, relativas às conclusões do relatório final, as quais também constam do guião distribuído.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com votos contra dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa,

dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos a favor dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Eram as seguintes:

1. Os ENVC são uma empresa de prestígio nacional e internacional, com grande capacidade de construção naval em Portugal. Desde a sua fundação, contribuiu para a criação de riqueza não só na região onde está inserida, como para todo o País.

2. O desinvestimento nesta empresa ao longo dos últimos anos promovido e assumido pelos sucessivos Governos, aliado à insuficiente inovação tecnológica e à incapacidade das diversas administrações, tiveram o propósito claro da sua destruição.

11. *(Eliminar o último parágrafo)*

12. Foi muitas vezes necessário recorrer a mão de obra externa, para além da existente nos ENVC, para a satisfação de encomendas.

17. *(Eliminar)*

18. Foi celebrado um contrato para a construção de dois *ferryboats* entre as empresas Atlânticoline e ENVC, ambas de capitais públicos.

22. Acrescentar: «O caderno de encargos foi elaborado pela SCMA, empresa pertencente ao Eng.º João Moita que recorreu à empresa russa Petrobalt. Os ENVC recorreram também a essa mesma empresa por indicação do referido Eng.º João Moita, circunstância que se veio a revelar uma má opção no decurso do processo».

25. Acrescentar: «Tais alterações tiveram a concordância do fiscal residente».

32. *(Eliminar)*

33. *(Eliminar)*

40. Não ficaram claros os motivos da não concretização dos Programas relativos à aquisição de equipamentos militares integrados no programa de contrapartidas.

49. Retirar: «não havia encomendas para fazer, operar e executar».

79. Segundo as palavras do Sr. Procurador João Cabral Tavares, subsistiram dúvidas quanto ao facto de o concurso não ter sido feito ao abrigo dos contratos públicos.

79-A. Resulta claro que a opção de subconcessionar os ENVC foi uma opção política do Ministro da Defesa, conforme ele próprio afirmou em entrevista televisiva.

79-B. Ficou também claro que a entrega dos ENVC à empresa Martifer não garante a continuidade da construção naval naquela empresa, abrindo portas para outras atividades que não sejam a reparação e construção naval.

79-C. Resulta claro que o encerramento dos ENVC constitui uma perda para a economia nacional e para a região do Alto Minho.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação das conclusões do relatório apresentado pela Sr.^a Deputada Relatora.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, como ontem não ficou definitivamente fechado quais eram as propostas do PS que a Sr.^a Relatora aceitava ou não na totalidade, o meu grupo parlamentar pede a suspensão dos trabalhos por 10 minutos, para podermos afinar o nosso

sentido de voto relativamente a um conjunto de conclusões finais, já que tínhamos aqui dois sentidos de voto, na expectativa de que a Sr.^a Relatora, hoje, pudesse dizer mais alguma coisa sobre algumas dessas nossas propostas de alteração.

Penso que, em 7 ou 8 minutos, conseguimos definir o nosso sentido de voto em relação a todas elas.

A Sr.^a **Presidente**: — Os Srs. Deputados estão disponíveis para aceitar este pedido do Grupo Parlamentar do PS?

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sim, sim!

A Sr.^a **Presidente**: — Então, faremos uma interrupção dos trabalhos por cerca de 10 minutos, conforme solicitado.

Está interrompida a reunião.

Eram 15 horas e 43 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de iniciarmos a votação das conclusões do relatório, quero apenas dar duas informações, a primeira das quais é a de que, daqui a algum tempo, se juntará, para assistir aos nossos trabalhos, a Chefe da Divisão de Redação da Assembleia Nacional de Cabo Verde — não é a mesma senhora do outro dia, é outra senhora que pediu para assistir

aos trabalhos —, a Sr.^a Dr.^a Maria Augusta Évora, um nome bem português.

A segunda informação é a de que, no relatório das votações, vamos usar o livro de presenças para identificar os Deputados presentes, uma vez que as votações são de cada Deputado, individualmente. Pergunto se concordam...

Pausa.

Não havendo objeções, assim faremos, porque isso é importante para os serviços da Assembleia.

Penso que estamos em condições de dar início às votações...

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada Relatora acrescentou uma conclusão nova para ser considerada a conclusão 1. Aliás, vamos ter de proceder à renumeração das conclusões, no fim das votações, uma vez que há algumas que são introduzidas de novo e outras que são eliminadas. No entanto, por agora, vamos proceder de acordo com o guião.

Assim sendo, vamos votar esta proposta de aditamento de uma nova conclusão, a qual será assumida como conclusão 1, no caso de ser aprovada, e está identificada no guião.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, só para esclarecimento: vamos seguir o guião e, portanto, vamos votar as propostas de alteração constantes da terceira coluna, ou seja, as que foram aceites pela Relatora.

A Sr.^a **Presidente**: — Exatamente, Sr. Deputado, é a terceira coluna, relativa a «Propostas de alteração/substituição/aditamento/eliminação PS aceites pela Relatora», as quais estão identificadas a azul no guião.

Vamos, então, começar por votar a nova conclusão, que será a conclusão 1.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

A constituição desta CPI assenta nos pressupostos inscritos no requerimento apresentado pelos proponentes, nomeadamente para «apurar as circunstâncias e as responsabilidades que levaram à decisão de extinção dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a concessão das suas instalações a uma empresa privada».

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, agora, votar a anterior conclusão 1, que passará a 2 — e vou deixar de utilizar a expressão «que passará», porque, daqui a pouco, já será difícil —, resultante da proposta de relatório da Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino

Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a conclusão 2 do relatório.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, permite-me o uso da palavra?

A Sr.^a **Presidente**: — Diga, Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, na terceira coluna, consta a indicação da junção das conclusões 1 e 2, só que nós já votámos a conclusão 1.

A Sr.^a **Presidente**: — Não foi aceite, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ah, não foi aceite...

A Sr.^a **Presidente**: — A parte aceite é a que está a azul.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ah! O que está sombreado é o que foi aceite... Mas, então, o PS não leva a votação aquilo que não foi aceite pela Relatora?

A Sr.^a **Presidente**: — O PS, há pouco, prescindiu de o fazer. Considerou que, com este guião, publicita as suas propostas e parece que elaborou também uma declaração de voto, conforme transmitiu há pouco. De maneira que facilita os trabalhos, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Certo, já percebemos, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, votar a conclusão 2 da proposta da Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, proceder à votação da proposta de conclusão 3, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

3. Ficou demonstrada a existência de muita instabilidade nos diversos Conselhos de Administração da ENVC e da EMPORDEF, sendo que, em todos os mandatos, houve alterações na sua composição

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 4, também apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

É a seguinte:

4. O endividamento da empresa foi uma constante, salientando-se contudo o ano de 2009 como um ano francamente nefasto para a situação económico-financeira da empresa.

A Sr.^a **Presidente**: — Passamos à votação da conclusão 5 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos votar a conclusão 6 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da proposta de conclusão 7, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

7. Esta auditoria, tendo sido realizada por solicitação da Assembleia da República, não foi atempadamente remetida ao Parlamento.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, penso que podemos votar agora, conjuntamente, as propostas de conclusões 8 e 9, apresentadas pelo PS e aceites pela Sr.^a Deputada Relatora.

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

São as seguintes:

8. Relativamente às construções efetuadas pela ENVC, constata-se que a partir de 2006, todas deram prejuízo.

Entre 2003 e 2013, das 22 novas construções, só duas (em 2004 e em 2005) não deram prejuízos, sendo que o pior resultado verificou-se em 2004 com um navio químico que constituiu um prejuízo de 22 milhões de euros;

9. As novas construções tiveram prejuízos acumulados de 103 082 528,20 €, com custos realizados sempre superiores aos custos orçamentados.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, agora, votar a conclusão 10 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Vamos votar a conclusão 11 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a conclusão 12 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da proposta de conclusão 13, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

É a seguinte:

13. A empresa, em determinados períodos, apresentou excesso de mão de obra, relativamente às suas necessidades. O elevado absentismo e a baixa produtividade são abordados por muitos depoentes como difíceis de contornar.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos votar a conclusão 14 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Passamos à votação da proposta de conclusão 15, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

É a seguinte:

15. Relativamente ao Plano de Construções da Marinha, constata-se um diminuto grau de execução desde 2005.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, agora, votar a conclusão 16 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Passamos à votação da proposta de conclusão 17, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

É a seguinte:

17. Existia também na ENVC uma cultura de pouca colaboração com organizações nacionais afins para se resolverem as suas debilidades.

A Sr.^a **Presidente**: — Passamos à votação da proposta de conclusão 18, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora, constante da página 26 do guião.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

É a seguinte:

18. O contrato do navio *Atlântida* com a Atlânticoline foi o tema dominante desta CPI.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos votar agora a conclusão 19 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Passamos à votação da conclusão 20 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Vamos votar a proposta de conclusão 21, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e votos contra do Deputado do PS Jorge Fão.

É a seguinte:

21. Pese embora, das audições tenham resultado inúmeras contradições entre os vários depoentes, ficou claro que este é um exemplo paradigmático da incapacidade de gestão que a empresa teve ao longo de muitos anos, bem como dos efeitos nefastos da partidarização de assuntos

empresariais pelos mais diversos agentes políticos, nomeadamente regionais e locais.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, agora, votar a proposta de conclusão 22, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

22. Logo na fase pré-contratual, não fica esclarecido qual o interesse económico na relação contratual da ENVC com a Portbridge Engineering, cujo grau de intervenção foi apenas a subcontratação da Petrobalt, devendo porventura este assunto merecer uma investigação judicial mais aprofundada.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, podemos votar, em conjunto, as conclusões 23, 24 e 25 do relatório?

Pausa.

Dado que ninguém se opõe, vamos votá-las.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e

a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Será que podemos votar, também conjuntamente, as propostas de conclusões 26 e 27, apresentadas pelo PS e aceites pela Sr.^a Deputada Relatora?

Pausa.

Não havendo oposição, vamos votá-las.

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

São as seguintes:

26. O acordo arbitral alcançado em fase posterior à resolução do contrato acabou por servir apenas os interesses da Atlânticoline.

27. Na perspetiva da boa gestão da ENVC, a grande maioria das entidades ouvidas não defendeu este acordo arbitral.

A Sr.^a **Presidente**: — Penso que podemos votar, conjuntamente, as conclusões 28 e 29 do relatório, da autoria da Sr.^a Deputada Relatora.

Pausa.

Não havendo oposição, vamos votá-las.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Passamos à votação da proposta de conclusão 30, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

30. Das audições, conclui-se que este foi um processo com uma clara intervenção política.

A Sr.^a **Presidente**: — Passamos à votação da conclusão 31 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Vamos, agora, votar, em conjunto, as conclusões 32 e 33 do relatório.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e a abstenção da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da conclusão 34 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 35, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa,

dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

É a seguinte:

35. Foi efetuado à ENVC um pagamento inicial de 10% do valor do contrato, no montante de 12,8 milhões de euros, sendo que este valor não foi utilizado para a execução do contrato mas para outras necessidades da ENVC, alegadamente para o pagamento de vencimentos devidos aos trabalhadores.

A Sr.^a **Presidente:** — Passamos à votação da conclusão 36 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Srs. Deputados, vamos votar a conclusão 37 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira,

Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a conclusão 38 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da proposta de conclusão 39, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

39. Existiram 250 milhões de euros de contrapartidas de equipamentos que entraram na ENVC, valorizados pela Comissão Permanente de Contrapartidas, e que vieram a sofrer imparidades, sendo considerados no ativo dos ENVC num valor muito inferior.

A Sr.^a **Presidente**: — Passamos à votação da conclusão 40 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, proceder à votação da conclusão 41 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Pergunto aos Srs. Deputados se as conclusões 42 e 43 do relatório podem ser votadas conjuntamente?

Pausa.

Não havendo oposição, vamos votá-las.

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 44, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

É a seguinte:

44. Este plano que previa um investimento de cerca de 70 milhões de euros para repor o equilíbrio financeiro da ENVC, além de alterações ao modelo de gestão da empresa e redução de número de trabalhadores, nunca foi apresentado à Comissão Europeia, conforme referido na abertura de processo pela CE.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, agora, votar a conclusão 45 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 46, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

É a seguinte:

46. Estas entidades sempre estiveram contra qualquer mudança na empresa no sentido de reduzir os seus trabalhadores, inviabilizando, conseqüentemente, medidas com vista a tornar a empresa mais viável e sustentável.

A Sr.^a **Presidente:** — Vamos, agora, votar a conclusão 47 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e abstenções dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da proposta de conclusão 48, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora. Pergunto se a podemos votar em conjunto com a seguinte, a proposta de conclusão 49, que também foi apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Relatora.

Pausa.

Não havendo oposição, vamos votá-las em conjunto.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

São as seguintes:

48. Conclui-se também que este plano de reestruturação previa o despedimento de 420 trabalhadores e assentava em pressupostos não executáveis a partir de meados de 2011, altura em que Portugal se encontrava sujeito a um Programa de Assistência Económica e Financeira.

49. Em Junho de 2011 a situação era a seguinte: a EMPORDEF não tinha Presidente, a ENVC não tinha Presidente e apresentava um passivo de mais de 250 milhões de euros, os seus capitais próprios eram negativos e superiores a 100 milhões de euros, a dívida bancária era de mais de 160 milhões de euros, os contratos estavam praticamente todos em situação de

incumprimento, existiam dívidas de fornecedores de muitos milhões de euros com penhoras em curso, as rendas dos terrenos e edifícios estavam por pagar há muitos anos e o Fundo de Pensões tinha um défice de 14 milhões de euros.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, agora, votar a conclusão 50 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Passamos à votação da conclusão 51 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos votar a conclusão 52 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino

Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da conclusão 53 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, podemos votar em conjunto as propostas de conclusões 54 e 55, apresentadas pelo PS e aceites pela Sr.^a Deputada Relatora?

Pausa.

Não havendo objeções, vamos votá-las em conjunto.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e a abstenção da Deputada do BE Mariana Aiveca.

São as seguintes:

54. Pese embora a pouca intervenção que teve no processo, o presidente da comissão especial de acompanhamento da reprivatização, Sr. Dr. José Manuel Fernandes, diz ter garantido a plena observância dos

princípios da transparência, do rigor, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público, ao longo de todo o processo.

55. Face ao memorando enviado à DGCom pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, a 3 de outubro de 2012, a explicitar as medidas estatais que visam maximizar as receitas decorrentes da privatização, no cumprimento de procedimentos habituais nestas operações foi o Governo notificado, ainda nesse mês, pela DGCom, solicitando elementos adicionais sobre as condições de reprivatização, suscitando reservas e pedindo elementos sobre alegados auxílios no passado, no valor de cerca de 400 milhões de euros.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, agora, votar a conclusão 56 do relatório. Podemos votar em conjunto mais alguma?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Podemos votar até à conclusão 59, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Uma vez que ninguém se opõe, vamos, então, votar, conjuntamente, as conclusões 56, 57, 58 e 59 do relatório.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 60, apresentada pelo PS e parcialmente aceite pela Sr.^a Relatora.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Não, Sr.^a Presidente, não foi aceite.

A Sr.^a **Presidente**: — Não foi aceite... Então, vamos votar a conclusão 60... Não, Sr. Deputado, uma parte foi aceite. É o que aqui tenho.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Uma parte, sim, Sr.^a Presidente, mas não chega.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, vamos votar...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, mas, então, se é assim, fico com a minha conclusão inicial, que, no meu entender, está melhor.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem, sim, senhora, em defesa do bom português todos temos de estar, aliás, temos até de fazer, depois, uma leitura final, porque não nos fica bem legislar ou escrever em mau português.

Assim sendo, vamos, então, votar a conclusão 60 do relatório. Podemos votá-la em conjunto com a conclusão 61 ou não, Srs. Deputados?

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Por nós, podemos, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, votar as conclusões 60 e 61 do relatório da Sr.^a Relatora.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 62, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Nós retirámos a proposta, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Ah, retiraram?! Então, mantém-se a conclusão 62 da Sr.^a Relatora...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sim, sim, Sr.^a Presidente, fica a inicial.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, votar a conclusão 62 do relatório, da autoria da Sr.^a Deputada Relatora Ângela Guerra. Podemos juntar mais algumas ou ainda não?

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Por nós, podemos juntar até à conclusão 68 do relatório, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Por vós pode ser, Srs. Deputados do PS?

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sim, sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, vamos votar as conclusões 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 68 do relatório, da autoria da Sr.^a Deputada Relatora.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a proposta de eliminação da conclusão 69 do relatório, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, pergunto se podemos votar, conjuntamente, as conclusões 70 a 73 do relatório?

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Por nós, sim, Sr.^a Presidente.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Por nós, não, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Ah, não?!

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Temos sentidos de voto diferentes, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, vamos votar a conclusão 70 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da conclusão 71 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Afinal, Sr. Deputado António Gameiro, a votação foi igual.

Vamos, agora, votar a conclusão 72 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Srs. Deputados, o resultado foi exatamente o mesmo.

Vamos, agora, votar a conclusão 73 do relatório, da autoria da Sr.^a Deputada Relatora.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Srs. Deputados, vamos votar a proposta de conclusão 74, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, mas a proposta não é nossa. Uma vez que a Sr.^a Deputada Relatora não aceitou a expressão «eventual quadro», nós retiramos a proposta.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem.

Então, voltamos à conclusão inicial, não é verdade, Sr.^a Deputada Relatora?!

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, vamos votar a conclusão 74 do relatório, uma vez que o PS retirou a proposta que havia apresentado.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a conclusão 75 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui

Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos votar, conjuntamente, as conclusões 76 e 77 do relatório. Pode ser, Srs. Deputados?

Pausa.

Uma vez que ninguém se opõe, vamos votá-las.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a proposta de conclusão 78, apresentada pelo PS e aceite pela Sr.^a Deputada Relatora.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, mas retiramos a proposta.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, vamos votar a conclusão 78 do relatório, proposta inicialmente pela Sr.^a Deputada Relatora.

Podemos votar mais alguma, em conjunto, ou não?!

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Não, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Está bem visto, Srs. Deputados? É que, há pouco, fizemos três votações exatamente iguais, porque os Srs. Deputados do PS não deixaram votar em conjunto.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Está bem visto, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, votar a conclusão 78 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Passamos à votação da conclusão 79 do relatório. Pode-se votar mais alguma, ou não?!

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Por nós, pode, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Os Srs. Deputados do PS não deixam. O PS tem aqui uma renda de votos muito complexa.

Vamos, pois, votar a conclusão 79 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa, votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca e a abstenção dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo.

Vamos, agora, votar a conclusão 80 do relatório.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Srs. Deputados, em relação à conclusão 81 há uma proposta de alteração do PS. É para manter ou é para retirar?

O Sr. **António Gameiro** (PS): — É para retirar, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Está exatamente igual!

A Sr.^a **Presidente**: — Segundo a Sr.^a Deputada Relatora está exatamente igual à inicial.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Votamos a da Sr.^a Deputada Relatora, Sr.^a Presidente, foi um lapso.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, vamos votar as redações propostas, coincidentes, que constam como conclusão 81, uma vez que são exatamente iguais...

Risos.

Vamos votar a conclusão 81 do relatório, Srs. Deputados.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Srs. Deputados, chegámos ao fim das conclusões, pelo que vamos, agora, proceder à votação das recomendações. Não sei se querem fazer, primeiro, uma votação final global das conclusões...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, parece-me melhor fazermos, depois, uma votação final global de todo o relatório.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito bem.

Então, vamos passar à votação das recomendações. Querem votar os vários pontos em separado ou podemos juntá-las?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, por nós, separamos apenas o ponto 7 das recomendações.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António Gameiro...

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, por nós, separamos o ponto 5. Na reunião anterior, propusemos à Sr.^a Relatora que o ponto 5 das recomendações fosse retirado, porque me parece que estamos a fazer um juízo de valor sobre o próprio trabalho dos Deputados... Portanto, pedimos a votação isolada do ponto 5.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente...

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada Relatora.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, o Sr. Deputado António Gameiro tem razão, ele havia mencionado este ponto das recomendações, mas este ponto refere o seguinte: «A constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito insere-se num poder relevante do Parlamento, que deve ter uma utilização exigente e criteriosa, prestigiando o mesmo, devendo, assim, ser evitada a sua constituição por critérios minimalistas ou eminentemente de política partidária».

Sr.^a Presidente, se bem me recordo, no dia em que constituímos esta Comissão, até a própria Sr.^a Presidente fez esta referência. Não deve ter sido por estas palavras, certamente, terá sido por outras, mas foi este o

sentido que retirei e concordo exatamente com o que consta deste ponto, pelo que não o quero retirar e entendo que ele faz muito sentido.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, independentemente do conteúdo, a questão é a de saber se, agora, a Assembleia faz recomendações a si própria.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A recomendação faz-se a uma entidade terceira, caso contrário, a recomendação da Assembleia a si própria não tem qualquer efeito.

A Sr.^a **Presidente**: — A Sr.^a Deputada quer manter esta recomendação ou este ponto das recomendações e nós exprimiremos a nossa posição, com o nosso sentido de voto.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ângela Guerra.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, percebo aquilo que o Sr. Deputado António Filipe diz. Efetivamente, a Assembleia da República não faz recomendações a si própria. Aquilo que me parece constituir o conteúdo desta recomendação é o sentido que devem ter as constituições das comissões parlamentares de inquérito.

Posso retirar a parte final, se entendem que fica melhor, ou seja, este ponto acabaria em «prestigiando o mesmo». Se entendem que assim fica bem...

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada Relatora propõe uma alteração ao ponto 5 das suas recomendações, que passaria a acabar em «prestigiando o mesmo». Penso que todos concordam...

Pausa.

Não havendo objeções, vamos, então, votar as recomendações 1, 2, 3, 4 e 5 do relatório, sendo que esta última tem a nova redação proposta pela Sr.^a Deputada Relatora.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Também podemos votar a recomendação 6, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Por acaso, não gosto muito da recomendação 6. Acho que podia ter um ajuste, porque entendo que a Assembleia não tem de se vincular a seguir auditorias externas, mas é a minha opinião. Pode acompanhá-las, ou seja, deve propô-las e acompanhá-las, mas não pode ficar vinculada a elas.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Mas na recomendação está o maior acompanhamento.

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, mas não pode estar vinculada a elas e isso decorre da expressão «implementação das recomendações/conclusões». Nós não podemos ou não devemos ficar vinculados à implementação...

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Podemos ficar só pelo acompanhamento, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Depois, a Sr.^a Deputada vê uma redação que seja mais no sentido do acompanhamento, porque nós não podemos ficar vinculados, não podemos autolimitar-nos a auditorias externas.

Sr.^a Deputada, penso que podia ficar assim: «O Parlamento deve ter um maior acompanhamento das auditorias que solicita e das recomendações/conclusões que essas auditorias apontem».

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Está certo, Sr.^a Presidente, aceito a sua sugestão.

A Sr.^a **Presidente**: — Então, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos votar, conjuntamente, as recomendações 1, 2, 3, 4, 5 e 6, inclusive, com as novas redações propostas pela Sr.^a Deputada Relatora, ou seja, a recomendação 5 acabará em «prestigiando o mesmo» e será retirada da recomendação 6 a expressão «implementação», de modo a ficar só o «acompanhamento».

Vamos, então, votar, conjuntamente, estas recomendações.

Submetidas à votação, foram aprovadas, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Vamos, agora, votar a recomendação 7 do relatório.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, permite-me o uso da palavra?

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, a recomendação 7 vai no sentido de que o relatório seja enviado à Procuradoria-Geral da República, com o que concordamos e, por isso, votá-la-emos favoravelmente, mas talvez me seja permitida uma sugestão. É que diz-se «enviado à Procuradoria-Geral da República para os efeitos legais tidos por convenientes» e quer-me parecer que a palavra «convenientes», aqui, não é a mais feliz, porque o Ministério Público decide por critérios de legalidade e não de conveniência. Portanto, talvez fosse melhor dizer «para os devidos efeitos legais» ou «para os efeitos legais que forem devidos».

Deixo esta sugestão e creio que será facilmente aceite.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Dá-me licença, Sr.^a Presidente?

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Antes de mais, agradeço a sua sugestão, Sr. Deputado António Filipe.

Esta expressão, tal como a que utilizou, é do foro judicial. Esta, tal como a outra, uso-a todos os dias, na qualidade de advogada, mas não me importo nada de retirar a palavra «convenientes». Concordo plenamente! Claro que o Ministério Público, bem como todas as entidades judiciais e até

esta Casa, não se pauta por critérios de conveniência e, sim, pela legalidade absoluta das normas. Portanto, retiro-a com muito gosto.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, votar esta última recomendação, que a Sr.^a Deputada Relatora propõe que fique do seguinte modo: «Seja, o presente relatório, enviado à Procuradoria-Geral da República para os devidos efeitos legais».

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos, então, proceder à votação final global do relatório, na sua parte descritiva, na parte que precede as conclusões, nas conclusões e nas recomendações.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor dos Deputados do PSD Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa e dos Deputados do CDS-PP Abel Baptista e Altino Bessa e votos contra dos Deputados do PS Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão e Rui Paulo Figueiredo, dos Deputados do PCP António Filipe e Carla Cruz e da Deputada do BE Mariana Aiveca.

Penso que, nesta fase, porventura, os Srs. Deputados pretendem fazer declarações de voto, pelo que peço para sermos muito criteriosos na gestão do tempo.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, que, parece-me, vai usar da palavra em nome individual.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sim, Sr.^a Presidente, falarei em nome individual.

De modo muito simples, quero informar que vou entregar uma declaração de voto escrita, a título individual. Revejo-me, no essencial, na declaração de voto global que o Partido Socialista vai apresentar, mas, para mim, o relatório é uma peça integral e, por isso, não me revejo totalmente na votação individual que estivemos a fazer das várias conclusões. Mas, estando ausente no momento em que foi tomada essa decisão, porque estava noutra comissão, em trabalhos parlamentares, quero expressar o meu ponto de vista na declaração de voto individual, escrita, que depois entregarei aos serviços da Comissão. Aliás, posso até acertar com os serviços o prazo-limite para a sua entrega, de modo a não atrasar nada, sendo certo que estarei em condições de a fazer chegar até amanhã de manhã, se assim for adequado para os serviços.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, se me permite, lerei a declaração de voto que o Partido Socialista tem para apresentar, mas, antes, quero deixar uma nota inicial, a título individual e também em nome do Partido Socialista: registo o facto de o Sr. Deputado Eduardo Teixeira não ter estado presente nesta votação, sendo um Deputado que tem mandato individual para dela fazer parte. Queria apenas que este registo ficasse a constar devidamente da ata.

A declaração de voto do Partido Socialista, sobre a sua votação contra o relatório, é do seguinte teor:

«Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo rejeitam o teor do relatório apresentado, assentando a sua posição nas seguintes considerações:

— Aquando da apresentação do projeto de relatório pela Deputada Relatora, tivemos a oportunidade de salientar que, embora não personalizando, o relatório merecia um conjunto de reparos que, a seu tempo, seriam transcritos para propostas de alteração a apresentar, por forma a construir um documento que explicitasse a totalidade dos factos exarados nas diversas audições e nos documentos remetidos a esta Comissão;

— Salientamos ainda que as nossas divergências assentam essencialmente em sete temáticas deficitariamente vertidas no relatório, nomeadamente:

I — A abordagem desvirtuada aos auxílios estatais e a perceção errónea de que já teria sido emitida uma decisão final condenatória por parte da DGCom, quando, na realidade, ainda se encontra em apreciação o processo de investigação levantado contra a empresa ENVC por alegados auxílios de estado;

II — A limitação temporal das dificuldades económico-financeiras da empresa ao período entre 2004 e 2011, quando é perceptível dos documentos remetidos a esta Comissão que a sustentabilidade financeira dos ENVC nunca foi devidamente materializada nos exercícios anteriores a 2004, agravando-se, inclusive, a partir de 2011;

III — A abordagem ao contrato entre a Atlânticoline e a ENVC como o grande problema da empresa que levou a este desfecho, quando a empresa continuou a laborar e a receber e construir encomendas, tendo-se a

sua «certidão de óbito» materializado apenas com a decisão de subconcessão tomada pelo atual Executivo;

IV — A consideração de que o desfecho do processo de privatização assenta na inevitabilidade da decisão condenatória da DGCom de contornos financeiros insustentáveis para a empresa, omitindo por completo o conteúdo da Resolução do Conselho de Ministros que dita o encerramento deste processo sustentado na falta de cumprimento dos requisitos necessários por parte dos candidatos a concurso;

V — A análise ao processo de subconcessão que suprime por completo a querela existente quanto à aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos (a sua inaplicabilidade assenta exclusivamente num parecer extemporâneo à abertura do concurso), sublinhando-se ainda a falta de transparência no desenvolvimento do processo (a grande maioria das deliberações do júri não constar das atas) e a não garantia de continuidade da atividade da construção naval na região;

VI — O papel das entidades sindicais na dinâmica laboral dos ENVC também não fica claro neste relatório, inclusive se tivermos em conta o abstencionismo na empresa nos últimos dois anos e meio e o facto de estes sindicalistas terem recebido, através do atual plano social da empresa, as indemnizações mais elevadas com a respetiva rescisão contratual;

VII — O futuro da empresa fica por esclarecer no presente relatório, depois de evidenciadas fragilidades do ponto de vista legal, nomeadamente o facto de não estarem salvaguardados os contratos nos quais a ENVC é parte e que, num futuro de extinção da mesma, ficam por acautelar.

— Face a estas premissas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou as seguintes propostas de alteração:

Novo Ponto — A constituição desta CPI assenta nos pressupostos inscritos no requerimento apresentado pelos proponentes, nomeadamente

para «apurar as circunstâncias e as responsabilidades que levaram à decisão de extinção dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a concessão das suas instalações a uma empresa privada»;

2 — (Junção dos pontos 1 e 2) — As suspeitas de falta de transparência, de ilegalidades e, mesmo, de negócios nebulosos, pese embora ainda se encontrem em aberto processos judiciais sobre a matéria, não resultaram provadas em qualquer dos depoimentos, parecendo por isso acusações infundadas e claramente despropositadas;

3 — Ficou demonstrada a existência de muita instabilidade nos diversos Conselhos de Administração da ENVC e da EMPORDEF, sendo que, em muitos desses mandatos, houve alterações na sua composição.

4 — O endividamento da empresa foi uma constante, salientando-se, contudo, o ano de 2009 como um ano francamente nefasto para a situação económico-financeira da empresa.

5 — (...)

6 — (...)

7 — Esta auditoria, tendo sido realizada por solicitação da Assembleia da República, não foi atempadamente remetida ao Parlamento.

8 — Entre 2003 e 2013, das 22 novas construções, só duas (em 2004 e em 2005) não deram prejuízos, sendo que o pior resultado verificou-se em 2004 com um navio químico que constituiu um prejuízo de 22 milhões de euros;

9 — Essas novas construções tiveram prejuízos acumulados de 103 082 528,20 €, com custos realizados sempre superiores aos custos orçamentais.

10 — (...).

11 — (...).

12 — Eliminar

13 — A empresa, em determinados períodos, apresentou excesso de mão de obra, relativamente às suas necessidades, com o elevado absentismo e baixa produtividade, abordados por muitos depoentes como difícil de contornar, a decorrer, muitas vezes, da ação das próprias estruturas sindicais e, nos últimos dois anos e meio, da total inatividade da empresa.

14 — (...).

15 — Relativamente ao Plano de Construções da Marinha, constata-se um grau muito diminuto de execução desde 2005, não sendo possível quantificá-lo devidamente em função das alterações entretanto sofridas e que diminuíram o seu objeto.

Novo — No Conselho de Ministros de 13 de setembro de 2012, o Governo optou, atendendo ao processo de reprivatização da ENVC, por revogar a resolução do Conselho de Ministros sobre o programa relativo à aquisição de navios destinados à Marinha Portuguesa e autorizar o Ministro da Defesa Nacional a proceder à revogação dos contratos entre o Estado português e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

16 — (...).

17 — Existia também nos ENVC uma cultura de pouca colaboração com organizações nacionais afins para se resolverem as debilidades internas.

18 — O contrato com a Atlânticoline foi o tema dominante desta CPI.

19 — A rejeição deste navio por parte da Atlânticoline foi mesmo designada por inúmeras entidades ouvidas como a «certidão de óbito» da ENVC, embora se verifique que, após essa rejeição, os ENVC conseguiram concluir dois patrulhas oceânicos para a Marinha Portuguesa e celebrar um novo contrato de fornecimento com a PDVSA.

20 — Este negócio importou prejuízos inquantificáveis para a empresa ENVC.

21 — Pese embora das audições tenham resultado inúmeras contradições entre os vários depoentes, ficou claro que este é um exemplo paradigmático da incapacidade de gestão que a empresa teve ao longo de muitos anos, bem como dos efeitos nefastos da partidarização de assuntos empresariais pelos agentes políticos.

22 — Logo na fase pré-contratual, não fica esclarecido qual o interesse económico na relação contratual da ENVC com a Portbridge Engineering, cujo grau de intervenção foi apenas a subcontratação da Petrobalt, devendo porventura este assunto merecer uma investigação judicial mais aprofundada.

23 — (...).

24 — (...).

25 — (...).

26 — O acordo arbitral alcançado em fase posterior à resolução do contrato acabou por servir apenas os interesses da Atlânticoline, pois a ENVC não conseguiu, entretanto, vender o navio *Atlântida*.

27 — Na perspectiva da boa gestão da ENVC, a grande maioria das entidades ouvidas não defendeu este acordo arbitral.

28 — (...).

29 — (...).

30 — Das audições, conclui-se que este foi um processo com uma clara intervenção política de vários quadrantes políticos.

31 — (...).

32 — (...).

33 — (...).

34 — (...).

35 — Foi efetuado à ENVC um pagamento inicial de 10% do valor do contrato, no montante de 12,8 milhões de euros, sendo que este valor não foi utilizado para a execução do contrato mas para outras necessidades da ENVC, designadamente para o pagamento de vencimentos devidos aos trabalhadores.

36 — (...).

37 — (...).

38 — (...).

Novo Ponto — Até à subconcessão dos ENVC não foi iniciada a construção dos asfalteiros, sendo certo que os incumprimentos contratuais, no que respeita aos prazos, continuam a ser um problema jurídico e diplomático inerente a este contrato.

39 — Existiram 250 milhões de euros de contrapartidas de equipamentos que entraram na ENVC, valorizados pela Comissão Permanente de Contrapartidas, e que vieram a sofrer imparidades, sendo considerados no ativo dos ENVC em menos de 50 milhões de euros.

40 — (...).

41 — (...).

42 — (...).

43 — (...).

44 — Este plano que previa um investimento de cerca de 70 milhões de euros, para repor o equilíbrio financeiro da ENVC, além de alterações ao modelo de gestão da empresa e redução de número de trabalhadores, nunca foi apresentado à Comissão Europeia, donde se constata que houve violação de normas comunitárias.

45 — (...).

46 — Estas entidades sempre estiveram contra qualquer mudança na empresa no sentido de reduzir os seus trabalhadores, inviabilizando,

consequentemente, medidas com vista a tornar a empresa mais viável e sustentável.

47 — (...).

48 — Conclui-se também que este plano de reestruturação que previa o despedimento de 420 trabalhadores assentava em pressupostos não executáveis em 2011.

49 — Em junho de 2011 a situação era a seguinte: a EMPORDEF não tinha Presidente, a ENVC não tinha Presidente e apresentava um passivo de mais de 250 milhões de euros, os seus capitais próprios eram negativos e superiores a 100 milhões de euros, a dívida bancária era de mais de 160 milhões de euros, os contratos estavam praticamente todos em situação de incumprimento, não havia encomendas para fazer, operar e executar, existiam dívidas de fornecedores de muitos milhões de euros com penhoras em curso, as rendas dos terrenos e edifícios estavam por pagar há muitos anos e o Fundo de Pensões tinha um défice de 14 milhões de euros.

50 — (...).

51 — (...).

52 — (...).

53 — (...).

54 — Pese embora a pouca intervenção que teve no processo, o presidente da comissão especial de acompanhamento da reprivatização, Sr. Dr. José Manuel Fernandes, diz ter procurado garantir a plena observância dos princípios da transparência, do rigor, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público, ao longo de todo o processo.

55 — Face ao memorando enviado à DGCom pela Secretaria de Estado do Tesouro e das Finanças, a 3 de outubro de 2012, a explicitar as medidas estatais que visam maximizar as receitas decorrentes da privatização, foi o Governo notificado, ainda nesse mês, pela DGCom,

solicitando elementos adicionais sobre as condições de reprivatização, suscitando reservas e pedindo elementos sobre alegados auxílios no passado, no valor de cerca de 400 milhões de euros.

56 — (...).

58 — (...).

59 — (...).

60 — A decisão de abertura de investigação aprofundada refere-se a eventuais auxílios de estado prestados entre 2006 e 2012, tal como consta da decisão de abertura do processo de investigação aprofundada pela DGCom.

61 — Resulta claro da decisão publicada que, o facto de esses eventuais auxílios nunca terem sido previamente notificados à Comissão Europeia, torná-los-ia ilegais, a confirmarem-se.

62 — No que respeita à compatibilidade de tais medidas com o mercado interno, a Comissão Europeia considera que se afigura que, no momento em que foram concedidos, os apoios à ENVC não respeitaram as regras em matéria de auxílios à construção naval e que, no caso de serem considerados como auxílios, só poderiam ter sido aceites ao abrigo do regime dos auxílios de emergência e à reestruturação.

63 — (...).

64 — A convicção do Sr. Ministro da Defesa Nacional, que nunca reuniu pessoalmente com o Comissário Joaquín Almunia, era a de que a posição da Comissão Europeia não deixava ao Governo qualquer alternativa quanto à forma de lidar com a questão dos auxílios estatais.

65 — (...).

66 — (...).

67 — (...).

68 — (...).

69 — Eliminar

70 — (...).

71 — O processo de reprivatização é encerrado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2013, de 17 de abril que determina «a conclusão do processo de venda direta de referência no âmbito do processo de reprivatização da empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA (ENVC, SA), com a rejeição da proposta vinculativa apresentada pela JSC — RiverSea Industrial Trading (RSI Trading), por se entender que as condições constantes da referida proposta apresentada, nomeadamente o preço, os termos e as garantias exigidos pela RSI Trading, constituem compromissos excessivos e insuscetíveis de serem assumidos (...)».

72 — (...).

72 — (...).

74 — Atendendo à impossibilidade de continuar este processo de reprivatização, num eventual quadro em que a DGCom entenda não ser possível a manutenção da atividade económica de uma empresa beneficiária de auxílios ilegais, encontrou-se uma alternativa.

75 — Assim, a solução alternativa teria de passar, na hipótese de uma decisão condenatória por parte da DGCom, pela não continuidade da atividade económica da ENVC, com valorização dos respetivos ativos, de forma concorrencial e aberta.

76 — (...).

77 — (...).

78 — A subconcessão ao único concorrente admitido a concurso, West Sea, empresa do Grupo Martifer, procurou salvaguardar todos os constrangimentos legais, bem como a atividade de construção e reparação naval, não obstante o objeto da mesma abranger ainda a instalação de indústria de fabricação de componentes para aerogeradores eólicos ou o

exercício da indústria metalomecânica e de atividades complementares ou conexas a todas estas.

79 — (...).

Novo Ponto — Fica demonstrado que das atas não há qualquer referência às diversas deliberações formuladas pelo júri após a abertura das propostas, com exceção da deliberação que admite apenas uma das duas propostas apresentadas.

80 — O enquadramento jurídico do processo de subconcessão foi sustentado por parecer, extemporâneo em relação à abertura do concurso, do Prof. Dr. Mário Esteves de Oliveira, denominado «In(aplicabilidade) dos regimes de contratação pública à formação do contrato de Subconcessão da utilização privativa do domínio público e áreas afetas à concessão dominial da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, SA»

81 — (...)

Novo Ponto — A ENVC, SA continua por liquidar, ficando por esclarecer o futuro dos contratos em que a mesma consta como parte, bem como do material que continua por alienar, inclusive do material adquirido após a concretização do processo de subconcessão.

Novo Ponto — O encerramento dos ENVC, embora difícil de quantificar, segundo o Presidente do CA da EMPORDEF, custa entre 250 e 300 milhões de euros.

— Registamos que a Relatora, pese embora ter aceite um conjunto de alterações proposto pelo Partido Socialista, escusou-se a um entendimento no que respeita à matéria respeitante ao atual Executivo, nomeadamente no que concerne aos processos de reprivatização e de subconcessão e à investigação da DGCom.

— O Partido Socialista refuta a apresentação de um relatório assente numa visão parcial dos factos e que não só subverte a efetiva realidade

(nomeadamente no que respeita à investigação que está a ser produzida pela DGCom), mas também limita temporalmente aquele que era o objeto desta Comissão, não fazendo grandes considerações de fundo quanto ao desfecho final da empresa e aos efeitos nefastos a ela associados, como os custos do encerramento da ENVC e as consequências para a atividade económica nacional, mas sobretudo local.

— O Partido Socialista sempre defendeu a manutenção dos ENVC e nunca abdicou da continuidade do Estado na sua gestão, seja mediante a sua reestruturação, seja mediante a reprivatização de parte da empresa;

— Não concordamos, pois, com o cenário atual dos ENVC, um cenário de perda de capital humano muito qualificado, um cenário de perda de um setor estratégico nacional como é o da construção naval e um cenário de destruição de uma empresa que, ao longo dos anos, se foi afirmando nacional e internacionalmente».

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta é a declaração de voto que o Partido Socialista apresenta para sustentar o seu voto contra este relatório.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Carla Cruz.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr.^a Presidente, quero informar que o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dado que, amanhã, haverá uma apreciação do relatório em Plenário, fará a sua declaração e a sua análise do relatório em Plenário.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, sem prejuízo da intervenção que vamos fazer amanhã em Plenário, onde os grupos parlamentares têm 3 minutos para fazer a sua apreciação do relatório, quero apenas referenciar que o Bloco de Esquerda votou contra este relatório por considerar que ele não reflete aquele que foi o objeto da Comissão de Inquérito.

Já aqui tinha referido a circunstância do poder discricionário que foi usado pela Deputada Relatora, escolhendo, até criteriosamente, na nossa opinião, todas as audições que permitiram, depois, retirar as conclusões que constam do relatório e fazer as respetivas recomendações, pelo que entendemos que, daqui, resulta que as conclusões e recomendações deste relatório têm o objetivo de suportar a decisão do Governo, de privatização de uma empresa que é muito importante e estratégica não só para aquela região, mas também para o País, como temos vindo a considerar.

Neste relatório, também deveria ter sido tirada a conclusão de que a privatização e a concessão à Martifer não garantem a continuidade da reparação e da construção naval nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Portanto, estas são as «balizas» da intervenção que, amanhã, faremos em Plenário.

Apesar das nossas considerações e do voto contra, saudamos, obviamente, o imenso trabalho da Deputada Relatora e, por isso, lhe agradecemos.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, quero começar por manifestar toda a minha admiração e todo o meu respeito por si — tenho a certeza de que não são só meus, são da maioria das pessoas que trabalham nesta Casa, sejam Deputados ou não — e por lhe agradecer, também, a forma como dirigiu estes trabalhos, que foi exemplar, como sempre, quando está nas suas mãos.

Gostaria, ainda, de agradecer e cumprimentar todos os colegas, pelo trabalho participado que fizemos no âmbito desta Comissão, que foi, obviamente, importante para apurarmos os factos que acabámos de votar.

Quero fazer um pequeno apontamento para explicar qual era a situação desta empresa, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, em junho de 2011.

A situação dos Estaleiros era a seguinte: a EMPORDEF, que era a *holding*, não tinha presidente; os Estaleiros Navais de Viana do Castelo não tinham presidente, apresentando um passivo de 250 milhões de euros; os seus capitais próprios eram negativos e superiores a 100 milhões de euros; a dívida bancária era superior a 160 milhões de euros; não havia encomendas e todos os contratos firmados estavam em situação de incumprimento.

No âmbito do Código das Sociedades Comerciais, esta situação, obviamente, só tem uma solução, que é a falência. Ou seja, esta era uma empresa falida e era preciso arranjar uma solução.

Este Governo e os trabalhadores — reitero novamente — arranjam uma solução para este problema insolúvel, no que diz respeito a uma empresa que era, com efeito, estrategicamente importante na área da construção naval em Viana do Castelo.

Quero realçar aqui a posição dos trabalhadores e reafirmar, mais uma vez, que quem mais pugnou por uma solução foram os trabalhadores da

Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Podemos não concordar com os métodos nem com a forma como usam determinados termos, mas pugnaram por aquilo que é seu, que são os seus postos de trabalho.

O Governo correspondeu a essa expectativa dos trabalhadores e criou uma solução para a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e isto é que é importante. Hoje, uma parte significativa dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo já está a trabalhar na nova empresa e tenho a certeza de que esse número aumentará consideravelmente.

Era esta a situação e foi esta a solução que o Governo arranjou.

Quero também salientar que, relativamente ao que foi alegado, no que diz respeito a negócios obscuros que estariam por detrás desta decisão do Ministério da Defesa, nada foi provado. Por isso, pergunto, a quem votou contra esta conclusão, que facto material, que documento é que existe, nesta Comissão, que leve a votar contra esta conclusão? Não há uma declaração nem um documento que se refira à existência de qualquer tipo de negócios ou interesses obscuros, no que respeita à criação da empresa que veio substituir a Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Não há uma única! Não existe!

Sr.^a Presidente, termino, fazendo uma referência ao Partido Comunista Português, uma vez que foi este partido que, potestativamente e com as assinaturas necessárias, sendo algumas do Partido Socialista, pôs esta Comissão em funcionamento, e aqui estivemos, durante estas longas semanas, em discussão.

Quero dizer ao Partido Comunista Português que, por aquilo que ouvi, na última conferência de imprensa que fez, as conclusões a que chegou, em termos de conclusões alternativas apresentadas, são rigorosamente iguais ao que dizia antes da constituição da Comissão de Inquérito. Rigorosamente iguais! Não há nenhuma diferença!

O Partido Comunista Português acusa, continuamente, os Deputados que apoiam os partidos que governam — já no tempo do Partido Socialista era assim e, agora, é assim connosco — de estarem a apoiar os Governos nas suas decisões, pelo que estas conclusões não podiam ser outras senão aquelas que sustentam a decisão que o Governo já tinha tomado. Amanhã, vamos ouvir, novamente, o Partido Comunista a dizer isto.

O que tenho a dizer em relação a isto é que, invariavelmente, em todas as comissões que o Partido Comunista integra, sejam da sua iniciativa ou não, as suas conclusões são sempre iguais àquelas que apresentou antes de começarmos a ouvir testemunhas e a ler documentos, ou seja, antes do funcionamento da comissão de inquérito.

Relativamente ao Partido Socialista, acho que a Sr.^a Presidente usou uma expressão muito adequada. Os votos do Partido Socialista foram, efetivamente, um «rendilhado de votos» e isto traduz a situação em que o Partido Socialista se encontra. Por respeito a essa situação, não me vou pronunciar nem vou dizer mais nada.

No mais, Sr.^a Presidente, será amanhã, nos 3 minutos que serão concedidos a cada partido, que completaremos a nossa intervenção.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, em face do que o Sr. Deputado Fernando Negrão acaba de dizer relativamente ao PCP, vejo-me obrigado a usar da palavra apenas para exercer o direito de defesa em relação àquilo que foi dito — embora não seja essa a figura regimental, porque é uma intervenção —, para além de me congratular com o facto de o Sr. Deputado Fernando Negrão ter ouvido atentamente a conferência de imprensa que o PCP deu ontem, a propósito desta Comissão de Inquérito.

Diz o Sr. Deputado Fernando Negrão que o PCP disse, na conferência de imprensa, e provavelmente dirá em Plenário, o mesmo que dizia antes de se iniciarem os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

No que se refere às críticas ao Partido Socialista, presumo que o PSD concorde com as críticas que fizemos às gestões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo que foram da responsabilidade dos Governos do Partido Socialista. Aliás, quando o Sr. Deputado refere a situação em 2011, não está a fazer outra coisa senão a corroborar, precisamente, essas críticas à gestão do Partido Socialista. Mas também me pergunto sobre o que o PSD diz agora que não dissesse antes de começarem os trabalhos desta Comissão de Inquérito. Portanto, poderia retribuir exatamente aquilo que o Sr. Deputado disse a propósito da posição do PCP, ou seja, poderia retribuí-lo inteiramente, com total simetria, no que respeita à posição do PSD.

Gostava de saber, daquilo que o PCP disse ontem, na conferência de imprensa, o que não é verdade. É ou não verdade que o Governo cancelou as encomendas da Marinha de guerra portuguesa aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, cancelando a encomenda de seis navios-patrolha, sendo dois deles navios de combate à poluição, e cinco lanchas de fiscalização costeira, que eram necessárias à Marinha de guerra portuguesa, o que, aliás, consta de todas as revisões da Lei de Programação Militar, e que esse cancelamento teve consequências, obviamente, de grande monta na situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo?!

É ou não verdade aquilo que dissemos relativamente aos navios *Atlântida* e *Anticiclone*, ou seja, que constituíram, de facto, uma decisão que foi — aliás, até nas conclusões do próprio relatório é utilizada esta expressão — uma «certidão de óbito» relativamente aos Estaleiros Navais de Viana?! Dizíamos isto antes de ter começado esta Comissão de Inquérito

— é verdade! — e os trabalhos da Comissão corroboram inteiramente essas nossas afirmações.

Finalmente, é ou não verdade que a Martifer não dá quaisquer garantias de prosseguir a construção naval nas instalações onde funcionavam os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e que, nesse sentido, o País fica sem uma empresa com uma capacidade significativa, em matéria de construção naval?!

Do nosso ponto de vista, isto resulta claro da Comissão de Inquérito. Por isso, entendemos que, ao dizê-lo ontem, estamos a exprimir aquilo que, do nosso ponto de vista, resultou de numerosos depoimentos e da documentação que foi recebida nesta Comissão.

Por isso, ficamos sem perceber qual é o fundamento da crítica que o Sr. Deputado Fernando Negrão fez, a não ser acusar-nos de sermos coerentes, ao longo do tempo, com aquilo que dizemos, mas tomo essa crítica como um elogio.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, quero dizer ao Sr. Deputado António Filipe que também acompanhámos muitas das críticas que aqui referiu, designadamente aos vários conselhos de administração da Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Como sabe, fomos duros relativamente a vários dos presidentes e membros dos conselhos de administração que aqui estiveram e fomos muito críticos relativamente à gestão.

No que diz respeito ao *Atlântida*, quem mais agarrou a expressão «certidão de morte» fomos nós, tendo ficado plasmada e aprovada numa das conclusões do relatório.

Agora, Sr. Deputado António Filipe, acusar o Partido Comunista de falta de coerência é impossível, porque a coerência é total: aquilo que disse antes, disse depois! O que acontece é que, no meio, houve uma Comissão de Inquérito que ouviu muitas pessoas e analisou muitos documentos.

Permita-me que faça aqui uma comparação com os juízes maus, que são aqueles que, antes de fazerem o julgamento ou quando entram na sala de audiências, já levam a sentença feita. E isso é mau, porque não ouviram ou não ligaram nem deram importância às testemunhas, nem aos documentos juntos ao processo.

De alguma forma, foi esse o sentido da minha crítica ao Partido Comunista.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, em jeito de conclusão dos nossos trabalhos, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a forma como conduziu esta Comissão e de agradecer, também, à Deputada Relatora, pelo trabalho que teve e por, de alguma forma, ter procurado consensualizar as suas propostas, nomeadamente com as propostas do PS. Foi pena que o Partido Socialista já tivesse, à partida, uma posição tomada relativamente a este relatório, mesmo antes de ele ser concluído. Fomo-nos apercebendo disso ao longo das audições, pela forma como elas eram orientadas e pela forma como os Deputados do Partido Socialista faziam as suas intervenções, desde logo, porque tentavam reescrever a história dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Não é entendível, para quem olha para algumas destas conclusões, o porquê do voto contra do Partido Socialista. Isto demonstra, nitidamente, uma vontade de não assumir as responsabilidades das administrações que, na altura, foram nomeadas por Governos do Partido Socialista.

Gostava de ler, rapidamente, algumas das conclusões, porque ficou aqui claramente demonstrado — por exemplo, na conclusão 31 —, o seguinte: «Não ficou, de igual modo, demonstrado das audições, o porquê da resolução do contrato do segundo navio, *Anticiclone*, igualmente encomendado pela Atlânticoline». É ou não verdade que ninguém conseguiu demonstrar os motivos para a denúncia do contrato, por parte da Atlânticoline, em relação ao *Anticiclone*?!

Foram ainda utilizadas várias expressões, desde «sentença de morte», a «certidão de óbito», que ficaram claras, até pelo valor da encomenda do *Atlântida* e do *Anticiclone* — um, com o valor de 40 milhões de euros, que hoje está completamente desvalorizado em 7 ou 8 milhões de euros. E o Partido Socialista não aceita esta conclusão, ou seja, a conclusão 20, que refere: «Este negócio importou num prejuízo superior a 70 milhões de euros para a empresa Estaleiros Navais de Viana do Castelo.» É evidente e está provado! Reparem numa coisa: basta ver o valor dos contratos para perceber que, se não foram 70 milhões de euros, foram 68 ou 65 milhões.

O certo é que várias personalidades e vários conselhos de administração que por aqui passaram deixaram exatamente a ideia concreta de que a denúncia deste contrato, por parte do Governo dos Açores, através da Atlânticoline, foi um processo político, uma gestão política, além de que não ficou minimamente provado, até por alguns pareceres a que tivemos acesso, o porquê da denúncia deste contrato e, também, por sua vez, do contrato do *Anticiclone*.

Refere-se, também, na conclusão 45 que «Em 2010, é elaborado um novo plano de reestruturação para a viabilização da empresa ENVC, com forte reação negativa por parte dos trabalhadores e seus representantes». Ora, isto é factual e, por isso, não se entende o porquê de o Partido Socialista ter votado contra esta conclusão. Foi até aqui dito por Veiga Anjos, salvo erro o Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, à época, que quase foi, e desculpem a expressão, linchado à porta dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, porque a Comissão de Trabalhadores, à época, não aceitava este plano proposto pelo Partido Socialista e por aquilo que foi feito pelo próprio Presidente da Câmara de Viana do Castelo, que, como ele disse, à época, montou toda uma estratégia de destruição do plano que, na altura, foi apresentado.

Refere-se, ainda, na conclusão 73, que «Com este parecer tinha ficado claramente demonstrada a absoluta necessidade da comunicação prévia à Comissão Europeia dos projetos de auxílio, sob pena de o seu não cumprimento originar a sua imediata ‘ilegalidade’». Ora, esta também é uma conclusão factual e verdadeira e, por isso, não entendemos o porquê de terem votado contra.

O mesmo se diga, por último, relativamente à conclusão 75, que estabelece o seguinte: «Assim, a solução alternativa teria de passar obrigatoriamente pela não continuidade da atividade económica da ENVC, com valorização dos respetivos ativos, de forma concorrencial e aberta». Isto também é factual.

Resumindo: aquilo que verificámos ao longo desta Comissão foi que, mais uma vez, o Estado se desprotegeu, no que diz respeito à defesa dos seus interesses, com as várias administrações e com os vários Governos que tutelaram essas administrações. Não foi por acaso que, em cerca de seis

anos, se atingiram prejuízos, nas construções dos vários navios, de mais de 100 milhões de euros, e isto ficou aqui mais do que demonstrado; não foi por acaso que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo deixaram de ter, sequer, capacidade de recorrer à banca para obtenção de empréstimos. A situação em que colocaram os Estaleiros Navais de Viana do Castelo foi, efetivamente, de insolvência e falência completa.

Por isso, a este Governo não restaria outra alternativa que não aquela que foi encontrada e que, a meu ver — o futuro também estará aí para o provar, mas é a minha convicção —, permitirá a continuidade da construção naval naquela região, em Viana do Castelo.

Dirigindo-me, agora, ao PCP e ao Bloco de Esquerda, também é verdade, e pelos vistos não querem aceitar isto como um facto, que mais de 600 trabalhadores chegaram a acordo de rescisão — apenas 11 não chegaram a acordo — com este Governo e com esta administração. É um facto e, pelos vistos, aqueles que representavam o PCP na Comissão de Trabalhadores, eventualmente, não terão tomado as posições de que o próprio PCP estaria à espera, desde logo e à cabeça, como referi aqui, na altura, o atual Vice-Presidente da Câmara de Viana do Castelo, que, segundo parece, aceitou logo os seus quase 200 000 € do acordo de rescisão, mal foram colocados em cima da mesa.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, a quem peço para ser muito sucinto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr.^a Presidente, serei mesmo muito sucinto, aliás, nem pensava usar da palavra.

Sr.^a Presidente, no que se refere a uma observação, enfim, de algum mau gosto do Sr. Deputado Jorge Fão, quero apenas dizer e informar aquilo

que é óbvio, ou seja, todos os Deputados do PSD que aqui não estão, por afazeres parlamentares, estão devidamente substituídos pelos membros suplentes, conforme ordena o Regimento.

Quero também dizer-lhe que a forma superior como a Sr.^a Presidente dirigiu os trabalhos desta Comissão não merecia este, não direi epílogo, mas esta nota de rodapé, por parte do Sr. Deputado Jorge Fão.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos sentir-nos ofendidos em termos de honra.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gameiro.

O Sr. **António Gameiro** (PS): — Sr.^a Presidente, preciso apenas de 2 minutos.

Quero dizer que, de facto, a Sr.^a Presidente merece os nossos melhores cumprimentos e felicitações, tal como o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim acabou de dizer, pela forma como superiormente dirigiu os trabalhos desta Comissão, a que, aliás, já estamos habituados, deste e de outros fóruns, e também pela forma como os trabalhos decorreram na própria Comissão. Não podia deixar de fazer um sublinhado sobre a forma cordial, combativa mas rigorosa, e penso que com grande probidade e honestidade intelectual de todos os Srs. Deputados, como decorreram os trabalhos desta Comissão.

Não podemos terminar sem deixar uma palavra às Sr.^{as} Doutoradas que nos auxiliaram nesta tarefa — as assessoras da própria Comissão —, pelo trabalho isento, profissional e sempre atempado, às vezes até atempado demais, porque muito, muito, muito bem feito e rapidamente, que permitiu aos Deputados irem ganhando consciência dos milhares de documentos e das horas de relatório e trabalho. Esse esforço deve ser aqui devidamente

sublinhado, para valorizar o trabalho parlamentar da Fátima Abrantes Mendes, da Maria Teresa Fernandes, da Sara Pereira e da Elisabete Pereira, porque acho merecido que fique aqui esse sublinhado.

Em segundo lugar, quero dizer que as assessoras do PS também merecem uma palavra dos Deputados que aqui estiveram, pelo trabalho que fizeram e, por isso, na pessoa da assessora Marina Gonçalves, deixo também aqui um bem-haja pelo esforço e pelo apoio que nos deram.

O PS votou contra 34 das conclusões do relatório, votou a favor de 31 e absteve-se em relação a 16 conclusões. Muitos destes votos contra não são nem contra a vontade da Relatora, nem contra a boa vontade e a boa-fé com que a Relatora sempre esteve no processo e se mostrou disponível para os bons trabalhos desta Comissão.

Penso que esta Comissão, independentemente dos seus resultados, prestigia aquilo que deve ser uma comissão de inquérito e o trabalho dos Deputados no próprio Parlamento. E, se mais não houvesse, havia pelo menos o significado e a expressão que a Relatora sempre trouxe a esta Comissão, além de uma simpatia natural, as qualidades humanas, profissionais e políticas de abnegação, muitas vezes, da sua vontade própria, para transmitir ao relatório a vontade coletiva e, sobretudo, a maior aproximação possível à verdade e aos factos.

O PS não concorda com uma expressão que o Sr. Deputado Fernando Negrão aqui utilizou, que foi a de que não ficou provado que houvesse negócios ou interesses obscuros. O objeto da Comissão nada tinha a ver com isso, porque o requerimento que a solicitou nada tinha a ver com negócios escuros. Nunca utilizámos, vez alguma, essa expressão, penso que, na comunicação social, sim, alguém criou um clima sobre isso, mas já estamos habituados a que, em Portugal, se criem climas na comunicação

social que, depois, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista técnico e do ponto de vista judicial dão precisamente zero.

Por fim, quero dizer ao Sr. Deputado Altino Bessa que aceitamos, de bom grado, as sugestões e as observações que fez, mas não recebemos lições nem de coerência nem de posicionamento político nesta matéria, porque fizemos um esforço, até ao último minuto, para que o PS tivesse uma posição o mais próxima possível daquele que é o conteúdo do relatório. Aliás, por isso, trabalhámos afincadamente para o melhorar, não fazendo finca-pé em nenhuma posição, na certeza de que havia aqui três ou quatro coisas que, não sendo aceites pela Relatora — e anunciámo-lo logo, à cabeça —, nos deixavam numa posição muito difícil para podermos, sequer, pensar em abster-nos.

Portanto, fica aqui o nosso voto contra, mas um voto que, de certa forma, é um voto descansado, pelos bons resultados que a Comissão alcançou e pelo facto de o relatório, em muitas das suas conclusões, dizer verdades sobre o tempo de governação do PS. É que nós não nos escondemos! Há muitas verdades que tiveram o nosso voto a favor, porque são verdades. E o facto de ficar provado nesta Comissão que, ao longo de anos, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo foram mal geridos, este, ninguém o pode negar em Portugal. Só um cego é que poderia não ver uma realidade destas! Nós somos pela verdade dos factos e pelo realismo político, custe o que custar!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, ainda, a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, que vai ser muito breve, não é verdade?!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr.^a Presidente, nem tinha intenção de voltar a falar, não fosse o Sr. Deputado Fernando Negrão ter

referido o ponto que irei focar, especificamente, na minha declaração de voto escrita, tendo usado, até com algum mau gosto, a expressão «rendilhado de votos» do PS, associando-a a disputas internas no Partido Socialista. Mas passemos por cima disto, porque não foi por causa disto que pedi a palavra...

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Há de explicar-me o que é isso do mau gosto!...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Falar da situação interna do Partido Socialista, dizendo que não quer falar, é mau gosto. Se não quer falar, não fale! Se o Sr. Deputado não quer falar, não fale, mas não fale, não falando!

Mas não foi por causa disso que pedi a palavra, foi só para esclarecer, de forma muito breve, dois pontos que desenvolverei na minha declaração de voto escrita.

De facto, olho para o relatório como um relatório que deve ser visto no seu todo, aliás, a Sr.^a Deputada Relatora até nos disse, várias vezes, que as conclusões eram um todo, eram sequenciais, eram o desenvolvimento umas das outras.

Ora, aquilo que me faz espécie e que, sinceramente, todos deveríamos ponderar para futuro, em termos de comissões de inquérito, é este branqueamento, por parte das maiorias parlamentares, daquilo que existe relativamente aos Governos. Eu e todos os meus colegas do Partido Socialista estivemos muito à vontade nesta matéria, porque assumimos erros de Governos do Partido Socialista e até fizemos propostas de responsabilização por ingerências políticas a nível local e regional. Nós entendemos que o estado a que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo

chegaram é absolutamente lamentável e é culpa de muitos agentes de todos os quadrantes políticos...

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — De todos, não!

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — De todos, porque também houve muitas interferências partidárias ao nível das comissões de trabalhadores e dos sindicatos. Mas não vou desenvolver isto, porque terei oportunidade de o fazer na declaração de voto escrita.

Aquilo que me afasta, em termos finais, das conclusões é o total branqueamento de tudo aquilo que podia beliscar, nem que fosse ao de leve, o Governo em funções e que não foi admitido no relatório. Por exemplo, todos sabemos, e está nos documentos, que há um parecer absolutamente extemporâneo, uma vez que foi pedido depois de aberto determinado procedimento, mas o argumento que nos é dado é sempre... Bem, não vale a pena desenvolver. Alguma vez íamos poder pôr isso no relatório que tem a ver com o anterior Governo?!...

É por isso que entendo que devíamos fazer uma reflexão profunda — e, com isto, termino, Sr.^a Presidente, aliás, nem tinha intenção de pedir novamente a palavra —, porque vamos sempre por mau caminho, do meu ponto de vista, em termos de prestígio da Assembleia da República e das comissões parlamentares de inquérito, quando a função das maiorias é a de branquear toda e qualquer coisa que tenha a ver com o Governo em funções. Desse modo, não prestigiamos o nosso mandato e as nossas funções. Infelizmente, no meu partido, isso também já aconteceu e por isso parece-me que devemos fazer alguma autocrítica.

Tenho pena de não poder votar a favor deste relatório...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Mas gostava...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Gostava, se a Sr.^a Deputada Relatora tivesse tido a possibilidade de aceitar algumas propostas que são factuais. Aí, teríamos votado a favor e eu teria votado a favor com muito gosto!

A Sr.^a **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Negrão, mas espero que sejamos todos parcós no uso do tempo, por um motivo: eu também tenho de fazer uma declaração final.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo teve o mau gosto de sugerir que me pronunciasse sobre a situação interna no Partido Socialista, mas, por respeito ao Partido Socialista, não o farei.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada Relatora, quer usar da palavra?

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Já falou toda a gente...

A Sr.^a **Presidente**: — Já falou toda a gente, só falto eu, mas deixam-me falar no fim, não é verdade?! É que vou dar a palavra a mim própria, mas, se se manifestarem contra, não o farei.

Risos.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada Relatora.

A Sr.^a **Ângela Guerra** (PSD): — Sr.^a Presidente, gostava de lhe dirigir, novamente, uma palavra, para agradecer todo o seu trabalho e toda a colaboração que me facultou, bem como aos serviços da Comissão, a quem já agradei no dia em que apresentei o relatório.

Quero também agradecer a todos os Srs. Deputados que estiveram nesta Comissão, de todos os grupos parlamentares. Senti a colaboração de todos, não posso dizer que este ou aquele grupo parlamentar me dificultou algum trabalho que, eventualmente, quisesse fazer, e não tenha feito, pelo que a responsabilidade das conclusões é minha.

Como disse aqui, na Comissão, quando apresentei o relatório, penso que nenhum dos grupos parlamentares obstaculizou a que alguém viesse a esta Comissão. Todas as entidades que foram ouvidas foram-no, porque os Srs. Deputados dos vários grupos parlamentares entenderam ouvir estas e não outras. Aquilo que extraí das audições que aqui foram feitas foram factos que essas pessoas aqui relataram.

Obviamente, as conclusões traduzem a visão daquilo que entendi serem as conclusões daqueles factos e, como vos disse no início, de facto, aquilo que custa mais é escolher o que transpor para aqui. Agora, se há uma coisa que recuso em absoluto é a palavra «branqueamento». Gosto muito de branqueamentos dentários, mas este branqueamento é outro, é o branqueamento político e, quanto a este tipo de branqueamento, rejeito-o em absoluto, mas não me vou pronunciar, porque estamos a falar de questões políticas e o meu trabalho, nesta Comissão, foi o de tentar traduzir para um documento o resultado de tudo o que aqui ouvimos.

Também gostava de dizer, para finalizar, que entendo que, efetivamente, muitas das conclusões refletem períodos que dizem respeito a este Governo. Foi, de facto, uma opção, podia ter escolhido outras

conclusões, redigidas de outra forma, a dizer o mesmo, incluindo outros períodos temporais, mas resultou até de muitas das conclusões apresentadas pelo Partido Socialista, que foram aceites, incluir aqui, exatamente, estes períodos temporais, designadamente o ano de 2012. Portanto, entendo que muitas conclusões traduzem períodos temporais em que este Governo também é tido e achado.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos e poderia dizer que chegámos ao fim dos nossos trabalhos em beleza, ou seja, com relatório aprovado, com trabalhos muito participados, com uma nota distintiva que passa muito por aquilo que a Sr.^a Deputada Ângela Guerra aqui acabou de referir, que foi o facto de nenhum partido ter inviabilizado que qualquer audição pudesse ser realizada — penso que esta é uma marca importante e pedagógica.

O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo refletiu aqui um pouco sobre aquilo que deverá ser um regime de comissões de inquérito diferente e pensarmos nesse regime parte sempre de pequenos passos que vamos dando e que consideramos positivos. Cada um de nós tem poder de iniciativa legislativa e pode fazê-lo, incorporando aquilo que, efetivamente, considera importante para aperfeiçoar o nosso trabalho e para dar boa nota e boa prestação de contas às pessoas que nos elegem.

Quero agradecer, em primeiro lugar, as palavras amáveis que me dirigiram e que não mereço, na medida em que faço aqui o que faço na minha vida parlamentar e se o faço nestas condições é porque as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados me facilitam a vida. E quero dizer que, realmente, estou muito grata aos Srs. Deputados que integram a Comissão, aos Srs. Deputados Coordenadores, que colaboraram sempre comigo na definição das regras de gestão e, especialmente, aos Srs. Deputados Vice-

Presidentes — a Sr.^a Deputada Mónica Ferro, do PSD, e o Sr. Deputado Abel Baptista, do CDS-PP —, que sempre me facilitaram a vida, preenchendo as minhas impossibilidades de estar aqui, porque uma comissão de inquérito tem sempre horas muito incómodas e a maioria das pessoas no exterior não se apercebe da densidade, da dificuldade, do peso e até, digamos, da enorme pressão que o nosso trabalho constitui. Muitas vezes, no exterior, são lidas como ausências situações que têm a ver com presenças noutras comissões.

Portanto, quero agradecer-vos muito, a todos, a forma como facilitaram o trabalho e a forma como correu esta Comissão. Penso que correu muito bem, pois cada um disse aquilo que entendeu, cada um exprimiu os seus pontos de vista numa linguagem que é a que devemos usar, porque é aquela que cimenta uma ótima relação entre todos, independentemente das diferentes visões políticas que temos sobre os problemas, sobre as matérias, sobre como os interpretamos e sobre como gostaríamos de ver que eles fossem vertidos nos nossos documentos finais.

Neste sentido, cabe dar uma palavra muito especial à Sr.^a Deputada Relatora que fez um esforço muito especial para fazer *jus* àquele que foi o meu pedido quando foi eleita, que foi o de tentar fazer um relatório o mais consensual possível, o que sabemos ser sempre muito difícil, já que estamos aqui em representação de partidos políticos e, à partida, com uma visão sobre as coisas que é a nossa, que é aquela que nos permite fazer as nossas opções. Tentar perceber o ângulo de visão do outro e enquadrá-lo, na medida do possível, é um esforço que nos é exigível, mas nem todos o interpretam da mesma forma e considero que a Sr.^a Deputada fez genuinamente um esforço nesse sentido. O Partido Socialista, aliás, acabou de o reconhecer, mas queria sublinhá-lo, porque já estive em variadas

comissões de inquérito, ao longo das legislaturas em que tenho estado nesta Casa a servir e, portanto, sei bem o que isso representa.

Parece-me que saímos daqui com uma comissão de inquérito que correu bem, que dignifica o Parlamento. O resto é o trabalho político de cada grupo parlamentar, na sua interpretação daquilo que ficou ou não consagrado, do que considera que devia ou não ter ficado consagrado e do que considera que resulta de prova factual ou de interpretação política, onde, muitas vezes, não há coincidência. Mas esta é a nossa vida de todos os dias.

Quero fazer um agradecimento muito especial, como é evidente, a todos os assessores dos grupos parlamentares, que têm um trabalho terrível. A maioria das pessoas também não se apercebe disso, mas são eles que nos dão o suporte daquela que é a nossa intervenção pública, aqui verbalizada.

Quero agradecer muito, sobretudo, aos serviços da Assembleia da República, quer na pessoa das assessoras que acompanharam permanentemente estes trabalhos — a Sr.^a Dr.^a Fátima Abrantes Mendes e a Sr.^a Dr.^a Teresa Fernandes —, quer na pessoa das senhoras das transcrições, porque foram sempre senhoras, que garantiram algo que é muito difícil, um trabalho pesadíssimo, que é a tarefa de transcrever para a documentação a que temos acesso as intervenções que aqui são feitas. Penso que, de todos, este ainda é o trabalho mais penoso, mais demorado e mais difícil. Portanto, um grande agradecimento.

Agradeço também à Sara, sempre aqui presente, discretamente, a ajudar-nos.

Acho que não há palavras para agradecer todo este trabalho, sobretudo numa época em que também a Assembleia da República está a funcionar com recursos muito limitados e várias comissões de inquérito em curso ao mesmo tempo são muito pressionadoras de todos os funcionários

desta Casa, que quero saudar muito por este esforço, por esta competência — trocámos *e-mails*, muitas vezes, já na madrugada dos dias seguintes a ter recebido as informações que me davam —, sempre com uma cortesia, uma correção e uma delicadeza em relação a nós que me parece dever ser salvaguardada.

Tivemos também o privilégio de ter entre nós dos Deputados mais experientes da Assembleia da República, de todos os grupos parlamentares, o que é bom, numa perspetiva de intergeracionalidade, que também é boa, porque aprendemos todos uns com os outros e é esta intergeracionalidade que aprofunda a nossa capacidade de intervenção.

Quero, ainda, agradecer ao técnico de som, que é fundamental, mas, infelizmente, ao técnico do ar condicionado não posso agradecer, porque ele compôs o ar condicionado, mas, afinal, foi «sol de pouca dura».

Risos.

Não foi, com certeza, deficiência dele, mas, sim, problema do material e temperaturas muito elevadas, muito de repente.

Por último, quero agradecer à comunicação social, que também acompanhou o nosso trabalho e ajudou a transpor para o exterior o nosso empenho, a nossa veemência e a nossa vontade de fazer sempre mais e cada vez melhor.

Portanto, muito obrigada a todos, encontramos-nos amanhã e, agora, vamos continuar o nosso trabalho com a redação final de tudo aquilo que, por hoje, aqui se passou. Informo que, entretanto, vou escrever à Sr.^a Presidente da Assembleia da República, tentando enviar já o texto final daquilo que aqui foi votado hoje e que será distribuído a todas as Sr.^{as} Deputadas e a todos os Srs. Deputados. A comunicação social também o

pediu e parece-me importante facultá-lo, para esclarecer, dentro da verdade, aquela que é a nossa documentação.

Mais uma vez, muito obrigada pela vossa generosidade e pelo vosso carinho, e permitam-me, neste «rendilhado» das nossas conceções e perceções, que é, para mim, uma linguagem metafórica, em termos estéticos, agradecer muito a maneira como facilitaram o meu trabalho. Com sinceridade, muito obrigada a todas e a todos, e até à próxima.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 40 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL